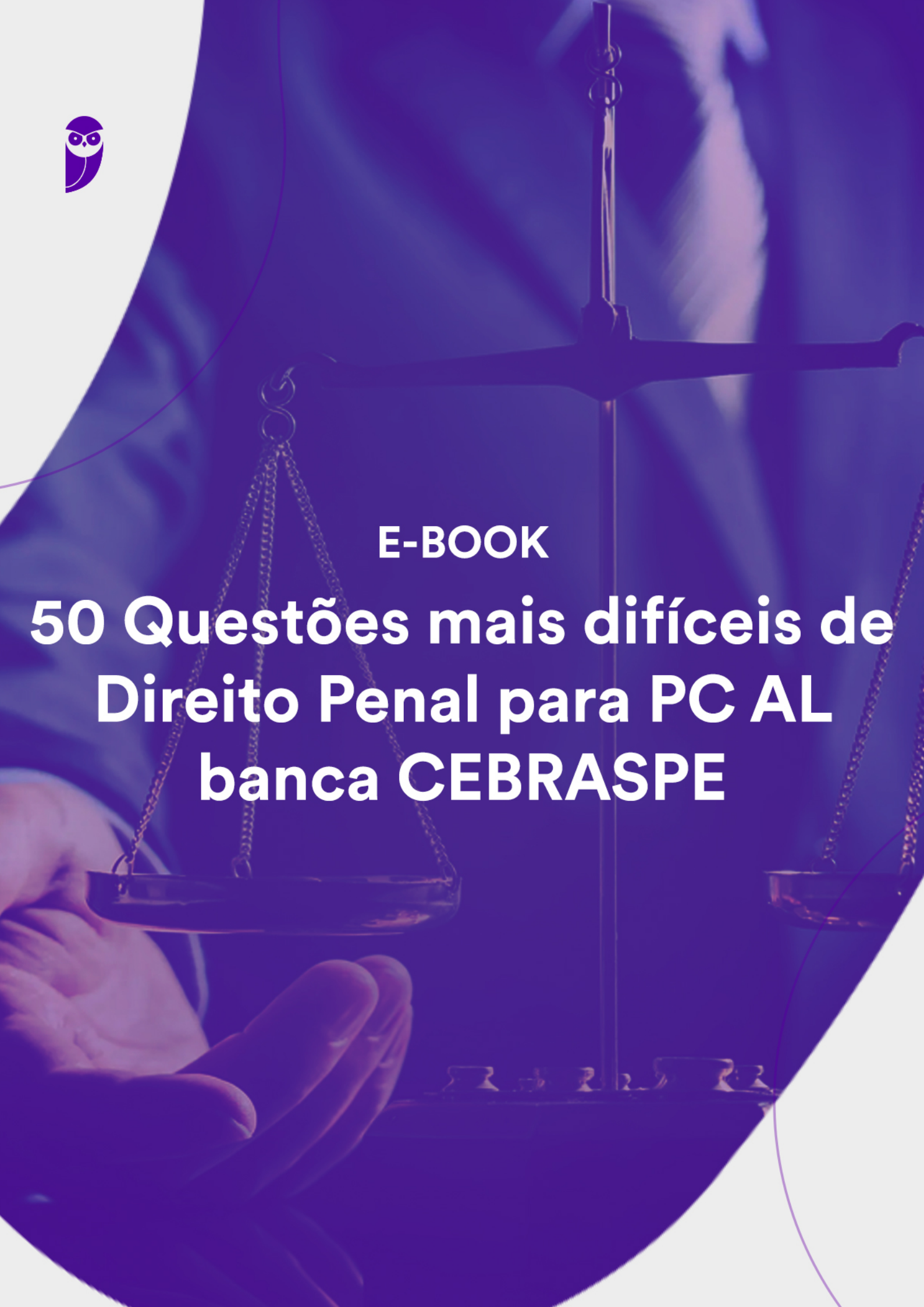


E-BOOK

50 Questões mais difíceis de Direito Penal para PC AL banca CEBRASPE

Canal do Telegram – Área Policial

Fique por dentro de todas as novidades, promoções, conteúdos e dicas sobre os concursos policiais.

Clique aqui e faça parte

Canal do Telegram – Área Fiscal

Fique por dentro de todas as novidades, promoções, conteúdos e dicas sobre os concursos fiscais.

Clique aqui e faça parte

Canal do Telegram – Área de Controle

Fique por dentro de todas as novidades, promoções, conteúdos e dicas sobre os concursos de controle externo.

Clique aqui e faça parte

Assinatura
Premium

clique aqui

Assinatura
Básica

clique aqui

Estratégia Concursos

estrategiaconcursos.com.br

E-BOOK - 50 QUESTÕES MAIS DIFÍCEIS DE DIREITO PENAL PARA PC AL (BANCA CEBRASPE)

Olá, Estrategista!

A disciplina de **Direito Penal** possui extrema relevância nos concursos públicos, principalmente para os concurseiros da Área Policial. É praticamente impossível se tornar um policial sem dominar esta matéria.

Por essa razão, em se tratando desta disciplina, não basta se preparar para acertar apenas as questões mais básicas. **Acertar uma questão difícil da sua prova pode representar aquele ponto que fará a diferença na sua aprovação!**

Foi pensando nisso que elaboramos este e-book com as **50 questões mais difíceis de Direito Penal para o Concurso da Polícia Civil do Alagoas (banca Cebraspe).** De acordo com as estatísticas do nosso Sistema de Questões, as questões que você encontrará neste e-book possuem porcentagem de acerto entre 35% e 68%, tendo sido resolvidas por milhares de alunos nossos.

Sabe o que isso significa?

Se você conseguir acertá-las, você estará a frente de vários dos seus concorrentes. Porém, se errá-las, estará treinando para não correr o risco de errar esse mesmo assunto na sua prova! Não tem como sair perdendo nessa história.

Mas agora, chega de papo e vamos ao que interessa... **Bons estudos!**

Equipe Estratégia Concursos

ÍNDICE

ÍNDICE 0

ENUNCIADOS DAS QUESTÕES 4

QUESTÃO 1 – 35% DE ACERTOS 4

QUESTÃO 2 – 36% DE ACERTOS 4

QUESTÃO 3 – 38% DE ACERTOS 5

QUESTÃO 4 – 39% DE ACERTOS 5

QUESTÃO 5 – 40% DE ACERTOS 6

QUESTÃO 6 – 42% DE ACERTOS 6

QUESTÃO 7 – 42% DE ACERTOS 7

QUESTÃO 8 – 42% DE ACERTOS 7

QUESTÃO 9 – 43% DE ACERTOS 8

QUESTÃO 10 – 44% DE ACERTOS 9

QUESTÃO 11 – 45% DE ACERTOS 9

QUESTÃO 12 – 46% DE ACERTOS 10

QUESTÃO 13 – 47% DE ACERTOS 10

QUESTÃO 14 – 48% DE ACERTOS 11

QUESTÃO 15 – 52% DE ACERTOS 11

QUESTÃO 16 – 52% DE ACERTOS 12

QUESTÃO 17 – 55% DE ACERTOS 12

QUESTÃO 18 – 55% DE ACERTOS 13

QUESTÃO 19 – 56% DE ACERTOS 13

QUESTÃO 20 – 56% DE ACERTOS 14

QUESTÃO 21 – 56% DE ACERTOS 15

QUESTÃO 22 – 57% DE ACERTOS 15

QUESTÃO 23 – 57% DE ACERTOS 16

QUESTÃO 24 – 58% DE ACERTOS 16

QUESTÃO 25 – 58% DE ACERTOS 17

QUESTÃO 26 – 60% DE ACERTOS 17

QUESTÃO 27 – 60% DE ACERTOS 18

QUESTÃO 28 – 61% DE ACERTOS 18
QUESTÃO 29 – 61% DE ACERTOS 19
QUESTÃO 30 – 62% DE ACERTOS 19
QUESTÃO 31 – 63% DE ACERTOS 20
QUESTÃO 32 – 63% DE ACERTOS 21
QUESTÃO 33 – 63% DE ACERTOS 21
QUESTÃO 34 – 64% DE ACERTOS 22
QUESTÃO 35 – 64% DE ACERTOS 22
QUESTÃO 36 – 64% DE ACERTOS 23
QUESTÃO 37 – 64% DE ACERTOS 23
QUESTÃO 38 – 65% DE ACERTOS 24
QUESTÃO 39 – 66% DE ACERTOS 24
QUESTÃO 40 – 66% DE ACERTOS 25
QUESTÃO 41 – 67% DE ACERTOS 26
QUESTÃO 42 – 67% DE ACERTOS 26
QUESTÃO 43 – 67% DE ACERTOS 27
QUESTÃO 44 – 68% DE ACERTOS 27
QUESTÃO 45 – 68% DE ACERTOS 28
QUESTÃO 46 – 68% DE ACERTOS 28
QUESTÃO 47 – 68% DE ACERTOS 29
QUESTÃO 48 – 68% DE ACERTOS 29
QUESTÃO 49 – 69% DE ACERTOS 30
QUESTÃO 50 – 68% DE ACERTOS 30

GABARITO PARA PREENCHER 32

SOLUÇÕES DAS QUESTÕES 34

QUESTÃO 1 – 35% DE ACERTOS 34
QUESTÃO 2 – 36% DE ACERTOS 35
QUESTÃO 3 – 38% DE ACERTOS 36
QUESTÃO 4 – 39% DE ACERTOS 38
QUESTÃO 5 – 40% DE ACERTOS 40
QUESTÃO 6 – 42% DE ACERTOS 42

QUESTÃO 7 – 42% DE ACERTOS 43
QUESTÃO 8 – 42% DE ACERTOS 44
QUESTÃO 9 – 43% DE ACERTOS 46
QUESTÃO 10 – 44% DE ACERTOS 47
QUESTÃO 11 – 45% DE ACERTOS 48
QUESTÃO 12 – 46% DE ACERTOS 49
QUESTÃO 13 – 47% DE ACERTOS 50
QUESTÃO 14 – 48% DE ACERTOS 51
QUESTÃO 15 – 52% DE ACERTOS 53
QUESTÃO 16 – 52% DE ACERTOS 55
QUESTÃO 17 – 55% DE ACERTOS 57
QUESTÃO 18 – 55% DE ACERTOS 57
QUESTÃO 19 – 56% DE ACERTOS 59
QUESTÃO 20 – 56% DE ACERTOS 61
QUESTÃO 21 – 56% DE ACERTOS 62
QUESTÃO 22 – 57% DE ACERTOS 63
QUESTÃO 23 – 57% DE ACERTOS 64
QUESTÃO 24 – 58% DE ACERTOS 65
QUESTÃO 25 – 58% DE ACERTOS 66
QUESTÃO 26 – 60% DE ACERTOS 67
QUESTÃO 27 – 60% DE ACERTOS 68
QUESTÃO 28 – 61% DE ACERTOS 70
QUESTÃO 29 – 61% DE ACERTOS 71
QUESTÃO 30 – 62% DE ACERTOS 72
QUESTÃO 31 – 63% DE ACERTOS 76
QUESTÃO 32 – 63% DE ACERTOS 77
QUESTÃO 33 – 63% DE ACERTOS 78
QUESTÃO 34 – 64% DE ACERTOS 79
QUESTÃO 35 – 64% DE ACERTOS 80
QUESTÃO 36 – 64% DE ACERTOS 82
QUESTÃO 37 – 64% DE ACERTOS 85
QUESTÃO 38 – 65% DE ACERTOS 86

QUESTÃO 39 – 66% DE ACERTOS 87
QUESTÃO 40 – 66% DE ACERTOS 90
QUESTÃO 41 – 67% DE ACERTOS 91
QUESTÃO 42 – 67% DE ACERTOS 92
QUESTÃO 43 – 67% DE ACERTOS 93
QUESTÃO 44 – 68% DE ACERTOS 95
QUESTÃO 45 – 68% DE ACERTOS 96
QUESTÃO 46 – 68% DE ACERTOS 97
QUESTÃO 47 – 68% DE ACERTOS 98
QUESTÃO 48 – 68% DE ACERTOS 100
QUESTÃO 49 – 69% DE ACERTOS 101
QUESTÃO 50 – 68% DE ACERTOS 103

GABARITO PREENCHIDO 105

Estratégia Concursos

ENUNCIADOS DAS QUESTÕES

QUESTÃO 1 – 35% DE ACERTOS

Órgão: Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo | Cargo: Defensor Público (DPE ES) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item a seguir, que versa sobre a desistência voluntária, o arrependimento eficaz e posterior e o crime impossível.

O crime impossível caracteriza-se pela ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, não ocorrendo a consumação do crime; nesse delito, considerado putativo pela doutrina, o agente acredita estar agindo ilicitamente, quando, na verdade, não está.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 2 – 36% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte | Cargo: Inspetor de Controle Externo - Administração (TCE RN) | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item subsequente acerca dos delitos previstos na parte especial do Código Penal.

A fabricação de aparelho destinado à falsificação de moeda é fato criminoso, assim como a fabricação de objeto destinado à confecção de documentos particulares falsos.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 3 – 38% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Delegado de Polícia Federal (PF) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Considerando a distinção doutrinária entre culpabilidade de ato e culpabilidade de autor, julgue o seguinte item.

Tratando-se de culpabilidade pelo fato individual, o juízo de culpabilidade se amplia à total personalidade do autor e a seu desenvolvimento.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 4 – 39% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Agente de Polícia Federal (PF) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item a seguir com base no direito penal.

No que diz respeito ao concurso de pessoas, o sistema penal brasileiro adota a teoria monista, ou igualitária, mas de forma temperada, pois estabelece graus de participação do agente de acordo com a sua culpabilidade, inclusive em relação à autoria colateral ou acessória, configurada quando duas ou mais pessoas produzem um evento típico de modo independente uma das outras.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 5 – 40% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Agente - Proteção (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Lia, grávida de 8 meses, pediu ao médico que a atendera no hospital, onde chegara em trabalho de parto, que interrompesse a gravidez, pois ela não queria ter mais filhos. O médico, então, matou o bebê durante o procedimento cirúrgico para realização do parto.

O marido de Lia, Augusto, sob a influência de violenta emoção, matou-a quando recebeu a notícia de que o bebê havia morrido. Depois de matar a esposa, Augusto, decidido a cometer suicídio, pediu a Cláudio, seu amigo, que lhe emprestasse sua arma de fogo para que pudesse se matar.

Sem coragem para cometer o suicídio, Augusto pediu a ajuda de sua mãe, Severina, que, embora concordasse com o ato do filho, não teve coragem de apertar o gatilho. Augusto, então, incentivado pela mãe, atirou contra si. O tiro, entretanto, ocasionou apenas um ferimento leve em seu ombro. Desesperado, Augusto recorreu novamente a seu amigo Cláudio, a quem implorou auxílio. Muito a contragosto, Cláudio matou Augusto.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item que se segue, a respeito de crimes contra a pessoa.

Caso Lia tivesse tentado contra a própria vida ingerindo veneno, responderia por tentativa de aborto, visto que, objetivando o suicídio, necessariamente causaria a morte do feto.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 6 – 42% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

No que se refere aos crimes contra a administração da justiça, julgue o item seguinte.

As condutas subornar testemunha, coagir no curso do processo e fraudar o processo, caso tenham por

escopo obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, configuram causas de aumento de pena.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 7 – 42% DE ACERTOS

Órgão: Departamento Penitenciário Nacional | Cargo: Agente Penitenciário Federal | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acompanhada de seu filho adolescente Rafael, Joana visita mensalmente seu marido, Jorge, que cumpre pena em estabelecimento prisional.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando os procedimentos para revista pessoal estabelecidos pelo CNPCP.

Para entrarem no estabelecimento prisional, Joana e Rafael, assim como os demais visitantes, deverão passar por revista pessoal manual e por inspeção feita com o uso de equipamentos eletrônicos que permitam a detecção de armas, explosivos ou drogas que os visitantes porventura estiverem tentando levar para dentro do estabelecimento prisional.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 8 – 42% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Técnico - Judiciário (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Mário havia encomendado uma geladeira em uma loja de departamento. No dia da entrega do produto, o empregado da transportadora equivocou-se quanto ao número do apartamento de Mário, entregando o

bem, por engano, a José, síndico do prédio, que, na ocasião, se ofereceu para guardá-lo e entregá-lo a seu real destinatário, já com o objetivo de ficar com o bem para si; e assim o fez.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item que se segue, no que se refere aos crimes contra o patrimônio.

José praticou o crime de apropriação indébita, visto que se apropriou de coisa alheia móvel, com a intenção de ficar com o objeto para si.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 9 – 43% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Técnico - Judiciário (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Mário havia encomendado uma geladeira em uma loja de departamento. No dia da entrega do produto, o empregado da transportadora equivocou-se quanto ao número do apartamento de Mário, entregando o bem, por engano, a José, síndico do prédio, que, na ocasião, se ofereceu para guardá-lo e entregá-lo a seu real destinatário, já com o objetivo de ficar com o bem para si; e assim o fez.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item que se segue, no que se refere aos crimes contra o patrimônio.

No crime de apropriação indébita, o bem jurídico protegido tem por objeto material o direito de propriedade.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 10 – 44% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo | Cargo: Auditor de Controle Externo - Direito (TCE ES) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o próximo item, relativos ao direito penal.

São expressamente previstas no CP duas situações que excluem a culpabilidade, dada a inexigibilidade de comportamento diverso: a coação irresistível e a obediência hierárquica. Um empregado de banco privado, por exemplo, que tiver praticado condutas delituosas em estrita e integral obediência às ordens não manifestamente ilegais emanadas de superior hierárquico poderá beneficiar-se da excludente de culpabilidade por obediência hierárquica.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 11 – 45% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Papiloscopista Polícia Federal (PF) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Na tentativa de entrar em território brasileiro com drogas ilícitas a bordo de um veículo, um traficante disparou um tiro contra agente policial federal que estava em missão em unidade fronteiriça. Após troca de tiros, outros agentes prenderam o traficante em flagrante, conduziram-no à autoridade policial local e levaram o colega ferido ao hospital da região.

Nessa situação hipotética,

se o policial ferido não falecer em decorrência do tiro disparado pelo traficante, estar-se-á diante de homicídio tentado, que, no caso, terá como elementos caracterizadores: a conduta dolosa do traficante; o ingresso do traficante nos atos preparatórios; e a impossibilidade de se chegar à consumação do crime por circunstâncias alheias à vontade do traficante.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 12 – 46% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Delegado de Polícia Federal (PF) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

No que se refere às causas de exclusão de ilicitude e à prescrição, julgue o seguinte item.

Ocorre legítima defesa sucessiva, na hipótese de legítima defesa real contra legítima defesa putativa.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 13 – 47% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Civil do Estado de Sergipe | Cargo: Delegado de Polícia (PC SE) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

João e Pedro, maiores e capazes, livres e conscientemente, aceitaram convite de Ana, também maior e capaz, para juntos assaltarem loja do comércio local. Em data e hora combinadas, no período noturno e após o fechamento, João e Pedro arrombaram a porta dos fundos de uma loja de decoração, na qual entraram e ficaram vigiando enquanto Ana subtraía objetos valiosos, que seriam divididos igualmente entre os três. Alertada pela vizinhança, a polícia chegou ao local durante o assalto, prendeu os três e os encaminhou para a delegacia de polícia local.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

De acordo com a teoria objetivo-subjetiva, o autor do delito é aquele que tem o domínio final sobre o fato criminoso doloso.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 14 – 48% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

No que se refere aos crimes contra a administração da justiça, julgue o item seguinte.

O crime de fraude processual, que consiste na inovação artificiosa do estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o objetivo de induzir o julgador a erro, tem incidência em demandas que tramitam junto a juízo arbitral.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 15 – 52% DE ACERTOS

Órgão: Agência Brasileira de Inteligência | Cargo: Agente de Inteligência (ABIN) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acerca dos crimes contra a incolumidade pública, julgue o item que se seguem

Situação hipotética: Após anos de trabalho como auxiliar de enfermagem, Marcos abriu um consultório médico e passou a realizar consulta, a ministrar medicamentos aos seus pacientes e a realizar pequenas intervenções cirúrgicas. **Assertiva**: Nessa situação, Marcos pratica o crime de exercício ilegal da profissão.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 16 – 52% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro | Cargo: Analista Judiciário - Área Administrativa | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

A respeito dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, julgue o item que se segue.

Nos delitos de homicídio e de roubo, a pena será aumentada caso o crime tenha sido praticado com o emprego de arma de fogo.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 17 – 55% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo | Cargo: Auditor de Controle Externo - Direito (TCE ES) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o próximo item, relativos ao direito penal.

No que se refere à aplicação de pena por crime contra as finanças públicas, são previstos, no CP, de forma expressa, modo especial de apreciação das circunstâncias judiciais, em particular do valor dos danos causados ao erário, e, ainda, a elevação da pena com base nos elementos do tipo específico.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 18 – 55% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Papiloscopista Polícia Federal (PF) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em cada próximo item é apresentada uma situação hipotética, acerca dos crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a fé pública e contra a administração pública, seguida de uma assertiva a ser julgada.

No curso de investigação policial para apurar a prática de estelionato contra banco público, foi constatado que um de seus empregados concorreu culposamente para que outrem praticasse a infração. Logo após a descoberta dos fatos, o empregado reparou integralmente o dano causado, restituindo os valores devidamente corrigidos e atualizados antes do encerramento do inquérito policial. Nessa situação, está extinta a punibilidade do agente.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 19 – 56% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Analista - Processual (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Jonas, policial militar em serviço velado no interior de uma viatura descaracterizada em estacionamento público próximo a uma casa de eventos, onde ocorria grande espetáculo de música, percebeu a presença de Mauro, com vinte e quatro anos de idade, que já ostentava condenação transitada em julgado por crime de receptação. Na oportunidade, Jonas viu que Mauro usou um pequeno canivete para abrir um automóvel e neste ingressou rapidamente. Fábio, com dezessete anos de idade, e que acompanhava Mauro, entrou pela porta direita do passageiro e sentou-se no banco. Mauro usou o mesmo canivete para dar partida na ignição do motor e se evadir do local na condução do veículo. Jonas informou sobre o fato a outros agentes em viaturas policiais, os quais, em diligências, localizaram o veículo conduzido por Mauro e prenderam-no cerca de dez minutos depois da abordagem. Em revista pessoal realizada por policiais militares em Mauro, foi

apreendida arma de fogo que se encontrava em sua cintura: um revólver de calibre 38, municiado com dois projéteis, do qual o portador não tinha qualquer registro ou porte legalmente válido em seu nome. O canivete foi encontrado na posse de Fábio.

Com referência à situação hipotética acima relatada, jugue o item que se segue.

Fábio praticou apenas ato infracional análogo ao crime de furto qualificado mediante emprego de chave falsa, previsto no CP.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 20 – 56% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo | Cargo: Auditor de Controle Externo - Direito (TCE ES) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Com base na lei que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e no que dispõe o CP acerca dos crimes contra a administração pública e contra a fé pública, julgue o item subsequente.

Para a caracterização do crime de condescendência criminosa, é necessário haver relação de hierarquia entre o agente que cometa a infração no exercício do cargo, emprego ou função e a autoridade competente para aplicar-lhe a sanção administrativa.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 21 – 56% DE ACERTOS

Órgão: Agência Brasileira de Inteligência | Cargo: Agente de Inteligência (ABIN) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item seguintes, a respeito dos crimes contra a paz pública.

No caso de três ou mais pessoas associarem-se com a intenção de cometer um único assalto a banco, estará configurado o crime de associação criminosa.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 22 – 57% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Taquigrafia | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item subsequente, relativo a crimes contra a administração pública.

O crime de tergiversação é caracterizado pela conduta do advogado que, após ter sido dispensado por uma das partes, tiver assumido a defesa da parte contrária na mesma causa. A sua consumação exige a prática de ato processual, não bastando a simples outorga de procuração.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 23 – 57% DE ACERTOS

Órgão: Conselho Nacional de Justiça | Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em relação a crimes contra a fé e a administração públicas e de abuso de autoridade, julgue o item subsequente.

O particular que, em conjunto com a esposa, funcionária pública, apropriar-se de bens do Estado responderá por peculato, ainda que não seja membro da administração. Peculato é crime funcional impróprio, afiançável e prescritível.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 24 – 58% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Técnico - Judiciário (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Mário havia encomendado uma geladeira em uma loja de departamento. No dia da entrega do produto, o empregado da transportadora equivocou-se quanto ao número do apartamento de Mário, entregando o bem, por engano, a José, síndico do prédio, que, na ocasião, se ofereceu para guardá-lo e entregá-lo a seu real destinatário, já com o objetivo de ficar com o bem para si; e assim o fez.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item que se segue, no que se refere aos crimes contra o patrimônio.

Em razão de ter recebido a coisa na qualidade de síndico, a pena de José será aumentada em um terço.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 25 – 58% DE ACERTOS

Órgão: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares | Cargo: Advogado (EBSERH) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue o item que se segue.

Para a punição de um partícipe que colabore com a conduta delituosa, é preciso que o fato principal seja típico, ilícito, culpável e punível.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 26 – 60% DE ACERTOS

Órgão: Departamento Penitenciário Nacional | Cargo: Agente Penitenciário Federal | Ano: 2019

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acompanhada de seu filho adolescente Rafael, Joana visita mensalmente seu marido, Jorge, que cumpre pena em estabelecimento prisional.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando os procedimentos para revista pessoal estabelecidos pelo CNPCP.

Se houver motivos para suspeita, os agentes penitenciários poderão exigir que Joana retire peças de roupa que estiver vestindo para passar por revista pessoal antes de entrar no estabelecimento.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 27 – 60% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Civil do Estado de Sergipe | Cargo: Delegado de Polícia (PC SE) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Francisco, maior e capaz, em razão de desavenças decorrentes de disputa de terras, planeja matar seu desafeto Paulo, também maior e capaz. Após analisar detidamente a rotina de Paulo, Francisco aguarda pelo momento oportuno para efetivar seu plano.

A partir dessa situação hipotética e de assuntos a ela correlatos, julgue o item seguinte.

Caso o delito ocorra pouco tempo depois da motivação e do planejamento do crime, a premeditação poderá ser considerada uma qualificadora do delito de homicídio.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 28 – 61% DE ACERTOS

Órgão: Agência Brasileira de Inteligência | Cargo: Agente de Inteligência (ABIN) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acerca dos crimes contra a incolumidade pública, julgue o item que se seguem

A conduta de disseminar germes patológicos com o objetivo de infectar plantas e animais não configura o crime de epidemia.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 29 – 61% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Analista - Processual (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em uma área rural, Lucas, reincidente em crime de lesão corporal de natureza grave, apontou uma arma de fogo do tipo pistola de calibre 380, municiada com um cartucho, na direção de Flávia, determinou que ambos caminhassem para o interior de um matagal existente na localidade, e ali ele praticou o crime de estupro na forma consumada. Antes de fugir do local, Lucas ainda revistou a roupa de Flávia e levou seu aparelho de telefone celular, que custava duzentos reais. Flávia conseguiu abrigo em uma residência próxima ao local do fato, onde relatou o ocorrido a Roberta, que ligou para policiais militares do posto mais próximo, os quais conseguiram localizar Lucas e prendê-lo na posse da arma de fogo, mas não localizaram o aparelho de telefone celular. Na delegacia de polícia, constatou-se que a arma de fogo era produto de furto registrado na semana anterior por Rodrigo, detentor do respectivo registro da arma. Lucas foi denunciado pelo MP e, no curso da instrução criminal, comprovou-se que ele, ao tempo do crime, por força de desenvolvimento mental incompleto, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.

Considerando o caso hipotético acima, julgue o item subsequente.

Na sentença, o juiz poderá proferir sentença absolutória imprópria e impor a Lucas medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico pelo prazo mínimo de um a três anos.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 30 – 62% DE ACERTOS

Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista (RR) | Cargo: Procurador Municipal (Pref Boa Vista/RR) | Ano: 2019

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Juan González, estrangeiro, enfermeiro, residente havia dois anos em Boa Vista – RR, apresentava-se como médico no Brasil e atendia pacientes gratuitamente em um posto de saúde da rede pública municipal, embora não fosse funcionário público. Seu verdadeiro objetivo com essa prática era retirar medicamentos do local e revendê-los para obter lucro.

Em razão de denúncia anônima a respeito do desvio de medicamentos, Juan, portando caixas de remédios retiradas do local, foi abordado em seu automóvel por policiais logo após ter saído do posto e foi, então, conduzido à delegacia. Para que seu verdadeiro nome não fosse descoberto, Juan identificou-se à autoridade policial como Pedro Rodríguez, buscando, assim, evitar o cumprimento de mandado de prisão expedido por ter sido condenado pelo crime de moeda falsa no Brasil.

Questionado sobre a propriedade do veículo no qual se encontrava no momento da abordagem, Juan informou tê-lo comprado de uma pessoa desconhecida, em Boa Vista. Durante a investigação policial, verificou-se que o veículo havia sido furtado por outra pessoa no Brasil e que a placa estava adulterada. Verificou-se, ainda, que a placa identificava um veículo registrado no país de origem de Juan e em seu nome, embora Juan tivesse alegado ter adquirido o veículo já com a referida placa.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Juan não deverá responder pelo crime de peculato, apesar de ter se apropriado de medicamentos da rede pública de saúde.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 31 – 63% DE ACERTOS

Órgão: Departamento Penitenciário Nacional | Cargo: Agente Penitenciário Federal | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acompanhada de seu filho adolescente Rafael, Joana visita mensalmente seu marido, Jorge, que cumpre pena em estabelecimento prisional.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando os procedimentos para revista pessoal estabelecidos pelo CNPCP.

A realização de revista pessoal em Rafael dependerá de autorização expressa de Joana, que, caso autorize esse procedimento, deverá estar presente durante a sua execução.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 32 – 63% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acerca dos institutos penais da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, julgue o item a seguir.

É admissível a incidência do arrependimento eficaz nos crimes perpetrados com violência ou grave ameaça.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 33 – 63% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Civil do Estado de Sergipe | Cargo: Delegado de Polícia (PC SE) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

João e Pedro, maiores e capazes, livres e conscientemente, aceitaram convite de Ana, também maior e capaz, para juntos assaltarem loja do comércio local. Em data e hora combinadas, no período noturno e após o fechamento, João e Pedro arrombaram a porta dos fundos de uma loja de decoração, na qual entraram e ficaram vigiando enquanto Ana subtraía objetos valiosos, que seriam divididos igualmente entre os três. Alertada pela vizinhança, a polícia chegou ao local durante o assalto, prendeu os três e os encaminhou para a delegacia de polícia local.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Para que fique caracterizado o concurso de pessoas, é necessário que exista o prévio ajuste entre os agentes delitivos para a prática do delito.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 34 – 64% DE ACERTOS

Órgão: Agência Brasileira de Inteligência | Cargo: Oficial de Inteligência Àrea 1 (ABIN) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

No que se refere aos tipos penais, julgue o próximo item.

O crime de violação de sigilo funcional é subsidiário, apenas se caracterizando se a revelação de fato sigiloso conhecido em razão do cargo não constituir crime mais grave.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 35 – 64% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro | Cargo: Analista - Área de Controle Externo - Direito (TCE RJ) | Ano: 2021

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Com relação aos crimes contra a administração pública, julgue o item subsequente.

A causa de aumento de pena incidente sobre agente de crime contra a administração pública que seja ocupante de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta é aplicável também ao chefe do Poder Executivo, detentor de mandato eletivo.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 36 – 64% DE ACERTOS

Órgão: Ministério Público da União | Cargo: Analista (MPU) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Cada item a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da aplicação e da interpretação da lei penal, do concurso de pessoas e da culpabilidade.

João e Manoel, penalmente imputáveis, decidiram matar Francisco. Sem que um soubesse da intenção do outro, João e Manoel se posicionaram de tocaia e, concomitantemente, atiraram na direção da vítima, que veio a falecer em decorrência de um dos disparos. Não foi possível determinar de qual arma foi deflagrado o projétil que atingiu fatalmente Francisco. Nessa situação, João e Manoel responderão pelo crime de homicídio na forma tentada.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 37 – 64% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Delegado de Polícia Federal (PF) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Com relação aos crimes previstos no CP, julgue o item que se segue.

Os delitos de inserção de dados falsos e de modificação ou alteração de dados não autorizada em sistema de informações só se configuram se praticados por funcionário público autorizado, com o fim específico de obter vantagem indevida para si ou para outrem, ou para causar dano, sendo as penas aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resultar dano para a administração pública ou para o administrado.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 38 – 65% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Rodoviária Federal | Cargo: Policial Rodoviário Federal (PRF) | Ano: 2019

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em uma rodovia federal, próxima à fronteira do Brasil com o Paraguai, um caminhão foi parado e vistoriado por policiais rodoviários federais. Além do motorista e de um passageiro, o veículo transportava, ilegalmente, grande quantidade de mercadoria lícita de procedência estrangeira, mas sem o pagamento dos devidos impostos de importação. O motorista, penalmente imputável e proprietário do caminhão, admitiu a propriedade dos produtos. O passageiro, que se identificou como servidor público alfandegário lotado no posto de fiscalização fronteiriço pelo qual o veículo havia passado para adentrar no território nacional, alegou desconhecer a existência dos produtos no caminhão e que apenas pegou carona com o motorista.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Caso fique comprovada a participação do servidor público na conduta delituosa, ele responderá pelo delito de descaminho em sua forma qualificada: ela tinha o dever funcional de prevenir e de reprimir o crime.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 39 – 66% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina | Cargo: Auditor de Controle Externo - Especialidade - Direito (TCE SC) | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em relação ao direito penal, julgue o item a seguir.

A culpa imprópria ocorre nas hipóteses de descriminantes putativas em que o agente, em virtude de erro evitável pelas circunstâncias, dá causa dolosamente a um resultado, mas responde como se tivesse praticado um delito culposo.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 40 – 66% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Técnico Judiciário - Área Administrativa | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Antônio, renomado cientista, ao desenvolver uma atividade habitual, em razão da pressa para entregar determinado produto, foi omisso ao não tomar todas as precauções no preparo de uma fase do procedimento laboratorial, o que acabou ocasionando dano à integridade física de uma pessoa.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Embora não tenha desejado o resultado danoso, Antônio poderá ser punido devido à imperícia na execução do procedimento laboratorial.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 41 – 67% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte | Cargo: Inspetor de Controle Externo - Administração (TCE RN) | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item subsequente acerca dos delitos previstos na parte especial do Código Penal.

O furto praticado por um irmão em desfavor do outro deve ser considerado isento de pena, por expressa previsão legal.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 42 – 67% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Taquigrafia | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item seguinte, acerca do tratamento do sigilo e do segredo no direito penal no âmbito dos crimes contra a administração pública.

Servidor público que tenha revelado fato do qual teve conhecimento em razão do cargo que exerce e que deveria permanecer em segredo terá cometido crime de divulgação de segredo.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 43 – 67% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Amazonas | Cargo: Analista Judiciário - Direito (TJ AM) | Ano: 2019

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Júnia, de quatorze anos de idade, acusa Pierre, de dezoito anos de idade, de ter praticado crime de natureza sexual consistente em conjunção carnal forçada no dia do último aniversário da jovem. Pierre, contudo, alega que o ato sexual foi consentido.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, tendo como referência aspectos legais e jurisprudenciais a ela relacionados.

Se comprovada a prática do crime, Pierre responderá por estupro de vulnerável, haja vista a idade da vítima.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 44 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Empresa Maranhense de Administração Portuária | Cargo: Área Jurídica (EMAP) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item seguinte, a respeito dos crimes contra a administração pública.

Constitui crime de peculato na modalidade de desvio a aplicação de recurso para o alcance de finalidade diversa da prevista em lei, ainda que tal aplicação atenda ao interesse público.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 45 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciaria - Oficial de Justiça Avaliador Federal (TJDFT) | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em relação à aplicação, à interpretação e à integração da lei penal, julgue o item seguinte.

O instituto da abolitio criminis refere-se à supressão da conduta criminosa nos aspectos formal e material, enquanto o princípio da continuidade normativo-típica refere-se apenas à supressão formal.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 46 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Técnico - Judiciário (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Francisco, advogado, tendo encontrado Carlos no tribunal de justiça onde este trabalhava, percebeu que Carlos estava utilizando a impressora do cartório judicial para imprimir os rascunhos de sua monografia de final de curso. Indignado, Francisco ofendeu Carlos e afirmou que ele era um servidor público desonesto, que não merecia integrar os quadros do tribunal. Indignado com essa acusação, Carlos chamou a polícia judiciária, que prendeu o causídico. Ao encaminhar Francisco à delegacia, Antônio, um policial militar, exigiu que Francisco lhe pagasse R$ 500,00 para ser solto. Contudo, Francisco não atendeu à exigência e permaneceu preso. Por sua vez, César, diretor de secretaria e chefe de Carlos, ao tomar conhecimento de que seu subordinado havia usado a impressora do cartório para fins particulares, por pena, deixou de comunicar a ocorrência à corregedoria do tribunal.

Com base na situação hipotética acima, julgue o item subsequente, a respeito dos crimes contra a administração pública.

César cometeu o crime de prevaricação, porque, indevidamente, para satisfazer sentimento pessoal, deixou de praticar ato de ofício contra disposição expressa em lei.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 47 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Distrito Federal | Cargo: Auditor de Controle Externo (TC DF) | Ano: 2011

ENUNCIADO DA QUESTÃO

A respeito dos crimes contra a fé pública, dos crimes previstos na Lei de Licitações, bem como dos princípios e conceitos gerais de direito penal, julgue o item a seguir.

Segundo os princípios que regem a lei penal no tempo, a nova lei penal, independentemente de ser mais ou menos benéfica ao acusado, será aplicada aos fatos ocorridos a partir do momento de sua entrada em vigor, mas a lei revogada, desde que mais benéfica ao acusado, continua a ser aplicada a fato anterior, ou seja, a fato praticado durante o período de sua vigência.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 48 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Ministério Público da União | Cargo: Analista (MPU) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Com relação aos crimes em espécie, julgue o item que se segue, considerando o entendimento firmado pelos tribunais superiores e a doutrina majoritária.

No crime de peculato, o proveito a que se refere o tipo penal pode ser tanto material quanto moral, consumando-se o delito mesmo que a vantagem auferida pelo agente não seja de natureza econômica.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 49 – 69% DE ACERTOS

Órgão: Ministério Público do Estado do Ceará | Cargo: Técnico Ministerial (MP CE) | Ano: 2020

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Mário, após ingerir bebida alcoólica em uma festa, agrediu um casal de namorados, o que resultou na morte do rapaz, devido à gravidade das lesões. A moça sofreu lesões leves.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O crime praticado por Mário contra a moça admite a extinção da punibilidade pela prescrição e pela renúncia ao direito de queixa.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

QUESTÃO 50 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Departamento Penitenciário Nacional | Cargo: Agente Penitenciário Federal | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item a seguir, referente às teorias da finalidade da pena.

A teoria justificacionista absoluta concebe a pena como uma finalidade em si mesma, por caracterizar a pena pelo seu intrínseco valor axiológico.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Clique na coruja para resolver essa questão diretamente em nosso Sistema de Questões.

Estratégia Concursos

GABARITO PARA PREENCHER

QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1		22	
2		23	
3		24	
4		25	
5		26	
6		27	
7		28	
8		29	
9		30	
10		31	
11		32	
12		33	
13		34	
14		35	
15		36	
16		37	
17		38	
18		39	
19		40	
20		41	
21		42	

43		**47**	
44		**48**	
45		**49**	
46		**50**	

Estratégia Concursos

SOLUÇÕES DAS QUESTÕES

QUESTÃO 1 – 35% DE ACERTOS

Órgão: Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo | Cargo: Defensor Público (DPE ES) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item a seguir, que versa sobre a desistência voluntária, o arrependimento eficaz e posterior e o crime impossível.

O crime impossível caracteriza-se pela ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, não ocorrendo a consumação do crime; nesse delito, considerado putativo pela doutrina, o agente acredita estar agindo ilicitamente, quando, na verdade, não está.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A questão demanda conhecimento dos institutos do delito putativo e do conceito de crime impossível. O art. 17 do Código Penal enuncia:

Crime impossível: "*Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.*"

Os conceitos de delito putativo e crime impossível <u>não se confundem</u>. No crime <u>impossível</u>, a consumação não ocorre porque **os <u>meios são ineficazes ou por força da impropriedade absoluta</u> do objeto**, ou seja, inexiste perito de lesão ao bem jurídico.

No delito <u>putativo</u>, **o crime só ocorre na mente do agente**, que acredita violar uma lei penal, quando, na verdade, o fato por ele praticado não tem adequação típica. O crime putativo pode ser por erro de tipo, por erro de proibição ou por obra do agente provocador.

<u>Esquematizando</u>:

- **Crime impossível**: O sujeito age **ILICITAMENTE**, mas os meios são ineficazes ou há impropriedade absoluta do objeto, impedindo a consumação do crime.

- **Delito putativo**: o sujeito age **LICITAMENTE**, mas acredita estar agindo ilicitamente.

Logo, ERRADA a alternativa.

Fonte: Direito Penal - Cleber Masson.

QUESTÃO 2 – 36% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte | Cargo: Inspetor de Controle Externo - Administração (TCE RN) | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item subsequente acerca dos delitos previstos na parte especial do Código Penal.

A fabricação de aparelho destinado à falsificação de moeda é fato criminoso, assim como a fabricação de objeto destinado à confecção de documentos particulares falsos.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A fabricação de aparelho destinado à falsificação de moeda é **fato criminoso**, tipificado no **artigo 291 do Código Penal**. Entretanto, fabricar objeto destinado à confecção de documentos particulares é **conduta atípica**.

Petrechos para falsificação de moeda

*Art. 291 - **Fabricar**, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, **aparelho**, instrumento ou qualquer objeto especialmente **destinado à falsificação de moeda**:*

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Convém notar que a fabricação de aparelho destinado à prática de contrafação consubstancia providência preparatória para a atividade ilícita.

Atos preparatórios, em regra, não são puníveis na esfera criminal, ainda que a intenção delitiva do agente seja demonstrada de maneira inequívoca. Entretanto, há casos em que o legislador opta por criminalizar

também os atos preparatórios, tipificando-os expressamente como **crimes autônomos.** É o que ocorre no **artigo 291 do Código Penal,** no tocante ao aparelho destinado à falsificação de moeda, tratando-se de figura denominada de crime obstáculo.

No que diz respeito ao crime de falsificação de documentos particulares, por outro lado, não há tipificação expressa criminalizando a prática de atos preparatórios, pelo que a fabricação de objeto destinado a esse fim permanece impunível.

QUESTÃO 3 – 38% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Delegado de Polícia Federal (PF) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Considerando a distinção doutrinária entre culpabilidade de ato e culpabilidade de autor, julgue o seguinte item.

Tratando-se de culpabilidade pelo fato individual, o juízo de culpabilidade se amplia à total personalidade do autor e a seu desenvolvimento.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Primeiramente, devemos lembrar o que se entende por **culpabilidade**. De acordo com Cleber Masson (Direito Penal Esquematizado. Vol. 1. 8. ed. São Paulo: Método, 2014. p. 462), a culpabilidade "*é o* ***juízo de censura****, o* ***juízo de reprovabilidade*** *que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável por um fato típico e ilícito, com o propósito de aferir a necessidade de imposição de pena*". Assim, a **culpabilidade é um pressuposto para a aplicação da pena**.

Segundo o mesmo autor (op. cit. p. 467), o Código Penal adotou a **teoria limitada** para explicar a culpabilidade. Para essa teoria, a culpabilidade é composta pelos elementos **imputabilidade**, **potencial consciência da ilicitude** e **exigibilidade de conduta diversa**.

A **imputabilidade** é **aptidão para ser culpável**. Assim, imputável é aquele que tem **capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento**.

A **potencial consciência da ilicitude** é "*a possibilidade (daí o termo "potencial") de o agente, de acordo com suas características, **conhecer o caráter ilícito do fato**. Não se trata do parâmetro do homem médio, mas de uma análise da pessoa do agente*". (Renan Araujo, Paulo Guimarães. Direito Penal p/ TJ-RJ (Analista - Execução de Mandados) Com Videoaulas - Pós-Edital).

Já a **exigibilidade de conduta** diversa se traduz em "*um juízo que se faz acerca da conduta do agente, para que se possa definir se, apesar de praticar um fato típico e ilícito, sendo imputável e conhecendo a ilicitude de sua conduta, o agente podia, ou não, agir de outro modo. Se se conclui que não era possível exigir do agente uma postura diferente, conforme o Direito, estará afastada a exigibilidade de conduta diversa, havendo neste caso o que se chama de inexigibilidade de conduta diversa*" (Renan Araújo, Paulo Guimarães. op. cit.).

De acordo com Michael Procopio (Direito Penal p/ Procurador da República (Curso Regular) Com videoaulas - 2020.2 Pré-Edital), a culpabilidade pode ser compreendida como **formal** ou **material**:

- **Culpabilidade formal:** "*é o juízo de reprovação realizado pelo legislador, de forma **abstrata**, para fixação das sanções criminais, inclusive no que se refere aos limites máximo e mínimo das penas. É feita uma análise de censura em relação às mais variadas infrações penais para fixação das penas abstratamente cominadas a cada uma delas*". (op. cit.)
- **Culpabilidade material:** "*é o julgamento da reprovação do fato que é realizada pelo juiz, em relação ao caso **concreto**, para a fixação da pena. É um dos critérios a serem levados em conta para a individualização da sanção penal. Sua previsão está expressa no artigo 59 do Código Penal, que traz as chamadas circunstâncias judiciais para a fixação da pena-base, na primeira das três fases da dosimetria*". (op. cit.)

Ainda segundo o autor acima, há duas teorias acerca da culpabilidade a respeito de **onde deve recair o juízo de reprovação**:

- **Culpabilidade do autor: "***juízo de reprovação que **recai sobre o autor,** em virtude de sua conduta e com base em sua capacidade de se autodeterminar*".
- **Culpabilidade do fato:** "*é o juízo de reprovação do homem por aquilo que ele **fez**, a censura recai sobre a **conduta praticada** pelo agente. Adotada pela doutrina majoritária*".

Continua o professor afirmando que "*prevalece que a **culpabilidade é do fato**, **apesar de seus elementos estarem relacionados à pessoa do autor**. A culpabilidade constitui-se da imputabilidade, da potencial consciência da ilicitude e da exigibilidade de conduta diversa. Referidos elementos são relacionados à pessoa, ao sujeito ativo da conduta. Entretanto, o autor só deve ser reprovado enquanto agente da conduta, por aquilo que ele fez ou deixou de fazer*".

Como se pode perceber, **a assertiva aponta para a culpabilidade do fato mas dá o conceito da culpabilidade do autor.**

Dessa forma, **a assertiva está errada**.

QUESTÃO 4 – 39% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Agente de Polícia Federal (PF) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item a seguir com base no direito penal.

No que diz respeito ao concurso de pessoas, o sistema penal brasileiro adota a teoria monista, ou igualitária, mas de forma temperada, pois estabelece graus de participação do agente de acordo com a sua culpabilidade, inclusive em relação à autoria colateral ou acessória, configurada quando duas ou mais pessoas produzem um evento típico de modo independente uma das outras.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Caro aluno, vamos destrinchar calmamente essa assertiva, dividindo-a em partes. Assim, iniciaremos com a análise dos requisitos do concurso de pessoas, passando pelas teorias que explicam as infrações de cada participante, até chegarmos à autoria colateral, ok?

Pois bem, o **concurso de pessoas** "*é uma colaboração empreendida por duas ou mais pessoas para a realização de um crime ou de uma contravenção penal*" (MASSON, Cleber. Direito Penal Esquematizado. 8. ed. São Paulo: Método, 2014. p. 524). Ou seja, o concurso de agentes, no Direito Penal, é caracterizado quando **duas ou mais pessoas cometem um crime**. Para que o concurso de agentes ocorra, é necessário que **haja pelo menos duas condutas penalmente relevantes**. Essas condutas podem ser **principais**, no caso da **coautoria**, ou uma **principal** e outra **acessória**, no caso de autor e **partícipe**.

Conduta pode ser conceituada como "*a **ação ou omissão humana, consciente e voluntária, dirigida a um fim**, consistente em produzir um resultado tipificado em lei como crime ou contravenção penal*" (op. cit. p. 224). Esse conceito decorre da **teoria finalista**, de **Hans Wezel**.

O concurso de pessoas depende de **cinco requisitos** para que esteja caracterizado.

1) Pluralidade de agentes culpáveis: *os coautores ou partícipes devem ser culpáveis, pois quem não goza desse juízo não tem capacidade de aderir à conduta;*

2) Relevância causal das condutas para a produção do resultado: *cada uma das pessoas deve fazer algo para que a "tarefa" seja realizada. Ou seja,* ***a participação inócua****, irrelevante, em nada concorre para a realização do crime. Mas essa contribuição deve ser* ***prévia*** *ou* ***concomitante*** *à execução ou, pelo menos,* ***ajustada previamente****. É o que retiramos do termo "de qualquer modo" presente no art. 29, caput, do CP;*

3) Vínculo subjetivo (concurso de vontades): *todos os agentes devem estar ligados entre si por um nexo psicológico, com uma vontade homogênea de produzir o mesmo resultado; Porém, não há necessidade do prévio ajuste para que se caracterize o vínculo subjetivo. Basta a ciência de que se está concorrendo para a conduta de outrem.*

Dessa forma, para se caracterizar o vínculo subjetivo, ***basta a atuação consciente do partícipe contribuindo para a conduta do autor, mesmo que este não tenha ciência de sua colaboração****.*

4) Unidade de infração penal para todos os agentes: *todos os coautores e partícipes devem responder pelo mesmo tipo penal (****teoria unitária ou monista****). É o que se extrai do art. 29, caput, do CP:*

Art. 29, caput, CP. *Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.*

Apesar dessa regra, o Código Penal adotou, em alguns casos, a ***teoria pluralística****, prevendo crimes diferentes para quem comete o mesmo crime (por exemplo, corrupção passiva e ativa);*

5) Existência de fato punível: *para que exista o concurso de pessoas, o crime deve ter, pelo menos, iniciado a sua execução (princípio da exterioridade). Por isso, o art. 31 do CP fala que ele deve chegar, pelo menos, a ser tentado:*

Art. 31, CP. *O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.*

Continuando, ainda de acordo com Cleber Masson (op. cit. p. 528), para saber **qual o crime será imputado a cada um dos participantes** quando há concurso de pessoas, nós temos **três teorias**:

1) Teoria unitária, monística ou monista: *para essa teoria, quem concorre para um crime por ele responde. Ou seja, todos os coautores e partícipes se sujeitam ao mesmo tipo penal. É a teoria adotada, como regra, no Direito Penal brasileiro, de acordo com o art. 29, caput do CP.*

2) Teoria pluralista, pluralística, da cumplicidade do crime distinto ou da autonomia da cumplicidade: *de acordo com essa teoria, as condutas dos agentes são separadas, de forma que cada um responderá por um crime diverso. O nosso Direito Penal adota essa teoria em relação a alguns crimes. Por exemplo:*

a) Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante: a gestante responde pelo crime do art. 124 e o terceiro, que provocou o aborto, responde pelo crime do art. 126.

b) Corrupção ativa e passiva: em um mesmo contexto, o funcionário público pratica corrupção passiva (art. 316) e o particular pratica corrupção ativa (art. 333).

3) Teoria dualista: *pensada por Vicenzo Manzini, assevera que, no caso de diversidade de agentes e de condutas, em que se produz o mesmo resultado, haverá dois crimes distintos: um para os coautores e outro para os partícipes.*

Continuando, a **autoria colateral** (coautoria imprópria ou autoria aparelha) acontece quando duas ou mais pessoas pretendem executar um crime, buscando o mesmo resultado, mas **cada uma delas ignora a conduta do outro**.

Como **não há o liame subjetivo** (vínculo subjetivo, caracterizado pelo nexo psicológico), também **NÃO HÁ concurso de pessoas** na autoria colateral.

Como se pode perceber, **a assertiva está errada**.

QUESTÃO 5 – 40% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Agente - Proteção (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Lia, grávida de 8 meses, pediu ao médico que a atendera no hospital, onde chegara em trabalho de parto, que interrompesse a gravidez, pois ela não queria ter mais filhos. O médico, então, matou o bebê durante o procedimento cirúrgico para realização do parto.

O marido de Lia, Augusto, sob a influência de violenta emoção, matou-a quando recebeu a notícia de que o bebê havia morrido. Depois de matar a esposa, Augusto, decidido a cometer suicídio, pediu a Cláudio, seu amigo, que lhe emprestasse sua arma de fogo para que pudesse se matar.

Sem coragem para cometer o suicídio, Augusto pediu a ajuda de sua mãe, Severina, que, embora concordasse com o ato do filho, não teve coragem de apertar o gatilho. Augusto, então, incentivado pela mãe, atirou contra si. O tiro, entretanto, ocasionou apenas um ferimento leve em seu ombro. Desesperado, Augusto recorreu novamente a seu amigo Cláudio, a quem implorou auxílio. Muito a contragosto, Cláudio matou Augusto.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item que se segue, a respeito de crimes contra a pessoa.

Caso Lia tivesse tentado contra a própria vida ingerindo veneno, responderia por tentativa de aborto, visto que, objetivando o suicídio, necessariamente causaria a morte do feto.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

Nos termos do Código Penal:

*Art. 124 - **Provocar aborto em si mesma** ou consentir que outrem lho provoque:*

*Pena - **detenção, de um a três anos.***

No caso em comento, em virtude da tentativa de suicídio consequentemente o feto restaria atingido. Desta forma, não advindo a morte da gestante o que provocaria a extinção de sua punibilidade - já que morta, deveria lhe ser atribuída o crime previsto no artigo 124 na forma tentada ou consumada. Nesse sentido é a lição de Rogério Grecco que colacionamos:

*"deverá ser imputado à gestante **o delito de tentativa de aborto,** uma vez que, almejando eliminar a própria vida, consequentemente, produziria a morte do feto, razão pela qual, se sobrevive, **não ocorrendo a morte do feto,** deverá ser responsabilizada pelo conatus. Caso haja a **morte do feto,** terá cometido o **delito de aborto consumado**". (Rogério Grecco, Cód.Penal Comentado, vol. único, 2017; pág.533, ed.impetus)*

Art. 107 - Extingue-se a punibilidade:

I - pela morte do agente;

II - pela anistia, graça ou indulto;

III - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;

IV - pela prescrição, decadência ou perempção;

V - pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;

VI - pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;

VII e VIII - (Revogados pela Lei nº 11.106, de 2005)

IX - pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

Pelo tudo exposto, correta a assertiva.

QUESTÃO 6 – 42% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

No que se refere aos crimes contra a administração da justiça, julgue o item seguinte.

As condutas subornar testemunha, coagir no curso do processo e fraudar o processo, caso tenham por escopo obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, configuram causas de aumento de pena.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A questão exigiu o conhecimento da legislação a respeito dos crimes contra a administração da justiça, especificamente os previstos nos artigos 343, 344 e 347 do Código Penal (CP).

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação:

Pena - reclusão, de três a quatro anos, e multa.(Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

Parágrafo único. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

Coação no curso do processo

Art. 344 - Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Fraude processual

Art. 347 - Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

Da leitura dos artigos acima transcritos, podemos perceber que apenas no crime de coação no curso do processo **não há previsão de aumento da pena**.

FONTE: CORREIA, Martina. Direito Penal em Tabelas: Parte especial. Salvador: Editora Juspodvim, 2018.

QUESTÃO 7 – 42% DE ACERTOS

Órgão: Departamento Penitenciário Nacional | Cargo: Agente Penitenciário Federal | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acompanhada de seu filho adolescente Rafael, Joana visita mensalmente seu marido, Jorge, que cumpre pena em estabelecimento prisional.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando os procedimentos para revista pessoal estabelecidos pelo CNPCP.

Para entrarem no estabelecimento prisional, Joana e Rafael, assim como os demais visitantes, deverão passar por revista pessoal manual e por inspeção feita com o uso de equipamentos eletrônicos que permitam a detecção de armas, explosivos ou drogas que os visitantes porventura estiverem tentando levar para dentro do estabelecimento prisional.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

O art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 5 do CNPCP, de 28 de agosto de 2014, assim dispõe sobre o procedimento de revista pessoal:

"Art. 1º. A revista pessoal é a inspeção que se efetua, com fins de segurança, em todas as pessoas que pretendem ingressar em locais de privação de liberdade e que venham a ter contato direto ou indireto com pessoas privadas de liberdade ou com o interior do estabelecimento, devendo preservar a integridade física, psicológica e moral da pessoa revistada.

Parágrafo único. A revista pessoal deverá ocorrer mediante ***uso de equipamentos eletrônicos*** *detectores de metais, aparelhos de raio-x, scanner corporal, dentre outras tecnologias e equipamentos de segurança capazes de identificar armas, explosivos, drogas ou outros objetos ilícitos, ou,* ***excepcionalmente, de forma manual."***

Pela norma acima colacionada, verifica-se que, via de regra, a revista pessoal será feita por equipamentos eletrônicos capazes de identificar armas, explosivos, drogas e outros objetos ilícitos. Apenas em caráter **excepcional** e **alternativo** será feita a revista manual.

Em qualquer das modalidades de revista, deverão ser preservadas a integridade física, psicológica e moral da pessoa revistada, sendo vedadas as revistas vexatórias, nos termos do art. 2º da mesma Resolução:

Art. 2º. São vedadas quaisquer formas de revista vexatória, desumana ou degradante.

Parágrafo único. Consideram-se, dentre outras, formas de revista vexatória, desumana ou degradante:

I - desnudamento parcial ou total;

II - qualquer conduta que implique a introdução de objetos nas cavidades corporais da pessoa revistada;

III - uso de cães ou animais farejadores, ainda que treinados para esse fim;

IV - agachamento ou saltos.

Por fim, importante ressaltar que a questão esclareceu que Rafael é adolescente, pelo que sua revista pessoal necessita de autorização expressa e prévia de seu representante legal e somente será realizada na presença deste (art. 4º da Resolução).

QUESTÃO 8 – 42% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Técnico - Judiciário (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Mário havia encomendado uma geladeira em uma loja de departamento. No dia da entrega do produto, o empregado da transportadora equivocou-se quanto ao número do apartamento de Mário, entregando o bem, por engano, a José, síndico do prédio, que, na ocasião, se ofereceu para guardá-lo e entregá-lo a seu real destinatário, já com o objetivo de ficar com o bem para si; e assim o fez.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item que se segue, no que se refere aos crimes contra o patrimônio.

José praticou o crime de apropriação indébita, visto que se apropriou de coisa alheia móvel, com a intenção de ficar com o objeto para si.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

José praticou o crime de ~~apropriação indébita~~, visto que se apropriou de coisa alheia móvel, com a intenção de ficar com o objeto para si.

Nos termos do código penal:

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, ***induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento****: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.*

Art. 168 - Apropriar-se de coisa alheia móvel, ***de que tem a posse ou a detenção****: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.*

O núcleo **apropriar** deve ser entendido no sentido de tomar como propriedade, tomar para si, apoderar-se indevidamente de uma coisa alheia móvel, **de que tinha de forma lícita**, a posse ou a detenção. Aqui o agente exerce sobre a coisa, vale dizer, **uma liberdade desvigiada**.

Para que se possa configurar o dolo correspondente ao **crime de apropriação indébita**, ele deverá surgir, obrigatoriamente, após o agente ter a posse ou a detenção da coisa alheia móvel, pois, caso contrário, o fato poderá se consubstanciar em outra infração penal, a exemplo do crime de estelionato.

Nesse sentido, o que diferencia a **apropriação indébita** do **estelionato** é o momento em que surge o dolo. Se **antes de ter a posse** ou a detenção sobre a coisa, o delito será o de **estelionato**; se **após a posse** ou detenção da coisa, será o de **apropriação indébita**.

Pelo exposto está incorreta a questão, tendo em vista que restará caracterizado o crime de estelionato mediante a conduta de José e não o de apropriação indébita como propõe a assertiva.

QUESTÃO 9 – 43% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Técnico - Judiciário (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Mário havia encomendado uma geladeira em uma loja de departamento. No dia da entrega do produto, o empregado da transportadora equivocou-se quanto ao número do apartamento de Mário, entregando o bem, por engano, a José, síndico do prédio, que, na ocasião, se ofereceu para guardá-lo e entregá-lo a seu real destinatário, já com o objetivo de ficar com o bem para si; e assim o fez.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item que se segue, no que se refere aos crimes contra o patrimônio.

No crime de apropriação indébita, o bem jurídico protegido tem por objeto material o direito de propriedade.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A questão exigiu do candidato conhecimento doutrinário acerca do objeto material do crime de apropriação indébita, previsto no art. 168 do Código Penal.

Na lição de Rogério Sanches:

"O bem jurídico tutelado é, a exemplo dos demais delitos contra o patrimônio, a propriedade. O agente, abusando da condição de possuidor ou detentor, passa a ter o bem móvel como seu, dele arbitrariamente se apropriando....Trata-se de crime de ação única, cujo comportamento nuclear se consubstancia no verbo apropriar-se (assenhorar-se, tomar para si) coisa alheia móvel, de que tem a posse ou detenção, passando a agir arbitrariamente como se dono fosse". (Manual de Direito penal. Parte Especial. pg358)

Isto posto, conclui-se que o direito de propriedade é o bem juridicamente protegido pelo tipo penal do Art. 168,CP. Já o objeto material do delito é a coisa alheia móvel que se encontra sob a posse ou a detenção do agente.

Assim, **o bem jurídico protegido NÃO tem por objeto material o direito de propriedade,** mas sim a propriedade é o próprio bem jurídico, ao passo que o objeto material é a coisa que foi apropriada, que no caso da questão foi a geladeira.

Portanto, assertiva ERRADA.

QUESTÃO 10 – 44% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo | Cargo: Auditor de Controle Externo - Direito (TCE ES) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o próximo item, relativos ao direito penal.

São expressamente previstas no CP duas situações que excluem a culpabilidade, dada a inexigibilidade de comportamento diverso: a coação irresistível e a obediência hierárquica. Um empregado de banco privado, por exemplo, que tiver praticado condutas delituosas em estrita e integral obediência às ordens não manifestamente ilegais emanadas de superior hierárquico poderá beneficiar-se da excludente de culpabilidade por obediência hierárquica.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Para a resolução desta questão é preciso ter em mente os elementos que implicam a exclusão de culpabilidade, quais sejam: Imputabilidade penal, potencial consciência da ilicitude, **exigibilidade de conduta diversa.**

A exigibilidade de conduta diversa pode ser descrita como um juízo que se faz da conduta do agente para que se possa definir se, apesar de praticar um fato típico e ilícito, sendo imputável e conhecendo a ilicitude de sua conduta, o agente podia, ou não, agir de outro modo. Se se conclui que não era possível exigir do agente uma postura diferente, conforme o Direito, estará afastada a exigibilidade de conduta diversa, havendo neste caso o que se chama de inexigibilidade de conduta diversa.

Este elemento de exclusão de culpabilidade fundamenta **a coação moral irresistível e a obediência hierárquica**, sendo a primeira também chamada de “vis compulsiva”, que ocorre quando um agente coage outro a fazer algo sob ameaça de lhe fazer algum mal grave, assim se entende que não era possível que a pessoa agisse de modo diverso.

É de suma importância entender a diferença entre a coação moral e a coação física. **A primeira exclui a culpabilidade**, há vontade do agente, apesar de esta ser viciada; **enquanto a segunda exclui o fato típico**, entendendo a doutrina que há ausência de conduta, pois o agente nem mesmo possui vontade. Daí o primeiro erro da questão, que não aponta qual o tipo de coação ocorreu no exemplo.

Prosseguindo, de fato, a obediência hierárquica, contanto que **não seja ordem manifestamente ilegal**, é uma excludente de culpabilidade, em razão da inexigência de conduta diversa. Entretanto, esta **SÓ É APLICÁVEL A FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS**, sendo irrelevante no caso de um banco privado, conforme o enunciado, o que evidencia o segundo erro da questão.

Para finalizar, nos dizeres de Capez, é necessária "uma relação de direito PÚBLICO entre ambos, já que o poder hierárquico é inerente à Administração Pública, estando excluídas da hipótese de obediência hierárquica as relações de direito PRIVADO, tais como as entre patrão e empregado. "

QUESTÃO 11 – 45% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Papiloscopista Polícia Federal (PF) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Na tentativa de entrar em território brasileiro com drogas ilícitas a bordo de um veículo, um traficante disparou um tiro contra agente policial federal que estava em missão em unidade fronteiriça. Após troca de tiros, outros agentes prenderam o traficante em flagrante, conduziram-no à autoridade policial local e levaram o colega ferido ao hospital da região.

Nessa situação hipotética,

se o policial ferido não falecer em decorrência do tiro disparado pelo traficante, estar-se-á diante de homicídio tentado, que, no caso, terá como elementos caracterizadores: a conduta dolosa do traficante; o ingresso do traficante nos atos preparatórios; e a impossibilidade de se chegar à consumação do crime por circunstâncias alheias à vontade do traficante.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A questão nos trouxe um caso concreto onde um traficante ao tentar atravessar a fronteira com drogas ilícitas, acabou disparando contra o policial que o abordou. Após a troca de tiros acabou sendo preso por outros policiais.

A banca afirmou que caso o policial não venha a falecer, mesmo diante de toda a situação abordada estaremos diante de um homicídio tentado, já que teve às seguintes situações: a conduta dolosa do traficante; **o ingresso do traficante nos atos preparatórios;** e a impossibilidade de se chegar à consumação do crime por circunstâncias alheias à vontade do traficante. Diante disso, o candidato deverá julgar o item em CERTO ou ERRADO.

Para resolver essa questão precisamos ir até o Art. 14 inciso II do Código Penal. Vejamos:

Art. 14 - Diz-se o crime:

(...)

*II - tentado, quando, **iniciada a execução**, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Pena de tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)*

Como podemos ver, o crime tentado ocorre após iniciada à execução e não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

O item da questão nos diz que o homicídio tentado ocorreu pelo ingresso do traficante nos atos preparatórios e não se consumou por circunstâncias alheias à vontade. Isso está errado, pois como vimos, é necessário que o agente tenha **iniciado a execução.**

Portanto, **a questão está errada.**

QUESTÃO 12 – 46% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Delegado de Polícia Federal (PF) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

No que se refere às causas de exclusão de ilicitude e à prescrição, julgue o seguinte item.

Ocorre legítima defesa sucessiva, na hipótese de legítima defesa real contra legítima defesa putativa.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Nos termos do art. 25 do Código Penal, entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, **repele injusta agressão**, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Na **legítima defesa real** o agente repele uma agressão injusta efetivamente existente. Já na **legítima defesa putativa**, o agente **acredita** que está repelindo uma agressão injusta, mas, na verdade, não há nenhuma agressão injusta a ser repelida. É plenamente possível que estas duas formas de legítima defesa colidam entre si. Exemplo:

*Arnaldo, ao andar na rua, **acredita** que está vendo Breno segurando uma arma apontada contra si e na iminência de disparar, por isso começa a agredi-lo, na tentativa de impedir Breno de atirar (**legítima defesa putativa**). Todavia, Breno estava, na verdade, segurando uma pistola de cola quente e, ao ser surpreendido pelas **agressões concretas** de Arnaldo, revida desferindo golpes contra ele (**legítima defesa real**).*

Nas hipóteses em que há legítima defesa real contra legítima defesa putativa, ocorre a chamada **legítima defesa recíproca**, na qual ambos os envolvidos agem simultaneamente, um contra outro, em legítima defesa.

A legítima defesa recíproca não se confunde com a **legítima defesa sucessiva**, que ocorre quando o agente, após se defender de uma inicial agressão injusta, **incorre em excesso e passa a ser a agredir injustamente o seu algoz**. Nesse momento, invertem-se os papéis, de modo que o agressor inicial se torna vítima e, portanto, passa a agir em legítima defesa contra aquele que era vítima, mas passou a ser agressor.

QUESTÃO 13 – 47% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Civil do Estado de Sergipe | Cargo: Delegado de Polícia (PC SE) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

João e Pedro, maiores e capazes, livres e conscientemente, aceitaram convite de Ana, também maior e capaz, para juntos assaltarem loja do comércio local. Em data e hora combinadas, no período noturno e após o fechamento, João e Pedro arrombaram a porta dos fundos de uma loja de decoração, na qual entraram e ficaram vigiando enquanto Ana subtraía objetos valiosos, que seriam divididos igualmente entre os três. Alertada pela vizinhança, a polícia chegou ao local durante o assalto, prendeu os três e os encaminhou para a delegacia de polícia local.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

De acordo com a teoria objetivo-subjetiva, o autor do delito é aquele que tem o domínio final sobre o fato criminoso doloso.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

O Código Penal adotou a teoria monista para o concurso de pessoas (art. 29), dispondo: "Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade." Porém, a doutrina desenvolveu outras teorias que melhor explicam o conceito de autor, a fim de ampliar para os delitos formais, culposos etc.

A doutrina classifica as teorias da autoria em:

a) **Teoria extensiva** (unitária, monista, negativa, subjetiva ou subjetiva causal): inspirada pela Teoria Causal da Ação, AUTOR são todos que, de alguma forma, **concorreu para a prática do fato**, sem distinção entre autor e partícipe; todos são autores do delito (p. ex., no homicídio: autor é quem mata e quem incentiva);
b) **Teoria restritivo-objetiva**: AUTOR é aquele que **pratica a conduta descrita no tipo penal** (**FORMAL**) ou tem efetiva contribuição para o resultado final (**MATERIAL**). (p. ex., no homicídio: autor é quem mata; é quem furta; é quem constrange etc.); PARTÍCIPE é quem pratica os **demais atos acessórios**;
c) **Teoria restritivo-subjetiva**: AUTOR é aquele que age com "animus auctoris" (ânimo de autor), ao passo que o PARTÍCIPE é aquele que age com "animus socii" (ânimo de colaborar);
d) **Teoria objetivo-subjetiva (teoria do domínio do fato)**: inspirada na Teoria Finalista da Ação, AUTOR é aquele que tem o **domínio final sobre o fato**; é quem tem o poder de decisão, mesmo não realizando a execução diretamente (p. ex., no homicídio: autor é o mandante do fato).

QUESTÃO 14 – 48% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

No que se refere aos crimes contra a administração da justiça, julgue o item seguinte.

O crime de fraude processual, que consiste na inovação artificiosa do estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o objetivo de induzir o julgador a erro, tem incidência em demandas que tramitam junto a juízo arbitral.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A questão exigiu o conhecimento da legislação quanto ao crime de fraude processual, o qual está disposto no artigo 347 do Código Penal (CP).

Fraude processual

Art. 347, CP - Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito.

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

A questão está incorreta, pois **não está previsto no artigo a incidência no juízo arbitral,** ou seja, incide apenas no processo civil, administrativo e penal.

De acordo com Martina Correia (2018), o caráter subsidiário do crime de fraude processual (art. 347, CP) impõe sua absorção pelo crime mais grave, nos casos em que, da prática dos atos delitivos, sobrevier conduta tipificada por dispositivo penal específico. Sua consumação ocorre com a inovação artificiosa (crime formal e instantâneo), independentemente da produção do resultado. Admite tentativa (crime plurissubsistente).

Relativo ao tema, temos o seguinte julgado:

"A fraude processual é crime comum e formal, não se exigindo para a sua consumação, que o juiz ou o perito tenham sido efetivamente induzidos a erro, bastando que a inovação seja apta, num primeiro momento, a produzir tal resultado, podendo o crime ser cometido por qualquer pessoa que tenha, ou não, interesse no processo". STJ. HC 137206/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 5ª Turma, j. 01/12/2009.

FONTE: CORREIA, Martina. Direito Penal em Tabelas: Parte especial. Salvador: Editora Juspodvim, 2018.

QUESTÃO 15 – 52% DE ACERTOS

Órgão: Agência Brasileira de Inteligência | Cargo: Agente de Inteligência (ABIN) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acerca dos crimes contra a incolumidade pública, julgue o item que se seguem

Situação hipotética: Após anos de trabalho como auxiliar de enfermagem, Marcos abriu um consultório médico e passou a realizar consulta, a ministrar medicamentos aos seus pacientes e a realizar pequenas intervenções cirúrgicas. **Assertiva**: Nessa situação, Marcos pratica o crime de exercício ilegal da profissão.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Caro aluno, primeiramente devemos saber que **o exercício ilegal de profissão é uma contravenção penal**, e **NÃO um crime**. Ele está previsto no art. 47 do Decreto-Lei 3.688/41 (Lei de Contravenções Penais):

Art. 47, Decreto-Lei 3.688/41. *Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício:*

Pena - *prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.*

Porém, estimado aluno, Marcos não cometeu essa infração. O ato praticado por ele caracteriza o crime previsto no art. 282 do Código Penal, que trata do **delito de exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica**, que é específico em relação à contravenção penal. Veja:

Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica

Art. 282, CP. *Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites:*

Pena - *detenção, de seis meses a dois anos.*

Parágrafo único - *Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se também multa.*

Consoante Cleber Masson (Código Penal Comentado. 8 ed. São Paulo: Método, 2020. p. 1.144), **o rol previsto no dispositivo acima é taxativo**, em virtude da vedação da analogia *in malam partem*. Portanto, só incide o crime se o exercício ilegal for de medicina, arte dentária ou farmacêutica, nada mais. Enfermeiros,

fisioterapeutas, veterinários que exercerem a profissão ilegalmente **cometerão a contravenção penal** do art. 47 do Decreto-Lei 3.688/41.

Vamos aproveitar para rever as características desse crime? Seguiremos a doutrina de Masson (op. cit.), para quem o delito é:

- ***Uniofensivo:*** *ofende a incolumidade pública, em especial a saúde pública.*
- ***Comum (geral) ou próprio (especial):*** *na conduta "exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal", temos um* ***crime comum****, pois pode ser cometido por qualquer pessoa. Já na conduta "exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, [...] excedendo-lhe os limites", há um* ***crime próprio****, porque só pode ser praticado pelo médico, dentista ou farmacêutico devidamente habilitado.*
- ***Formal (de consumação antecipada ou resultado cortado):*** *consuma-se com a prática reiterada da conduta prevista no art. 282 do CP, não precisando da provocação de mal a quem quer que seja para que o crime esteja consumado.*
- ***Núcleo do tipo:*** *"exercer", que tem o sentido de praticar, desempenhar ou exercitar,* ***ainda que a título gratuito****, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico. Esse verbo é indicativo da habitualidade do delito (portanto, trata-se de um* ***crime habitual****). Ademais, o crime pode ser praticado de duas formas:*
  - ***Falta de autorização legal:*** *quando o agente não possui autorização legal para exercer a profissão de médico, dentista ou farmacêutico;*
  - ***Transposição dos limites da profissão:*** *o agente possui autorização legal para exercer a medicina, arte dentária ou farmacêutica, mas extrapola os limites que a lei lhe impõe. Como se deve analisar a lei para ciência do limite, trata-se de uma* ***normal penal em branco homogênea****.*
- ***De forma livre:*** *pode ser executado por qualquer meio.*
- ***Unissubjetivo (unilateral ou de concurso eventual):*** *é praticado por um só agente, mas admite o concurso de pessoas.*
- ***De perigo comum e abstrato:*** *a lei presume, de forma absoluta, o risco à saúde de pessoas indeterminadas como desdobramento da conduta criminosa, mesmo que o atendimento prestado seja de alto nível.*

O **elemento subjetivo** é o **dolo**, independentemente de finalidade específica. **Não há previsão de modalidade culposa.**

Como se trata de um crime habitual, **a tentativa não é admitida**.

A **ação penal** é **pública incondicionada**.

Como visto, **a assertiva está errada.**

QUESTÃO 16 – 52% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro | Cargo: Analista Judiciário - Área Administrativa | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

A respeito dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, julgue o item que se segue.

Nos delitos de homicídio e de roubo, a pena será aumentada caso o crime tenha sido praticado com o emprego de arma de fogo.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Não há causa de aumento de pena (majorante) no crime de homicídio em virtude do emprego de arma de fogo. Observe o **art. 121 do Código Penal:**

Art. 121. Matar alguem:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2° Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo futil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

Perceba que **não há previsão legal**, no crime de homicídio, **de causa de aumento de pena** pelo emprego de arma de fogo. Entretanto, nada impede que no homicídio cometido com arma de fogo haja o reconhecimento de alguma qualificadora (motivo fútil, meio cruel, etc.).

No crime de **Roubo**, diferentemente, há previsão expressa de causa de aumento de pena nos casos em que a violência ou ameaça é exercida com **emprego de arma branca ou arma de fogo**. Vale ressaltar que antes da Lei 13.964/2019, o emprego de arma branca no crime de Roubo não era capaz de configurar a majorante, da forma que, se o Roubo fosse cometido com uma faca, não haveria causa de aumento de pena.

Entretanto, com o advento da **Lei 13.964/2019** (Lei Anticrime), passou a ser possível, também, a incidência da majorante para os Roubos praticados com o **emprego de arma branca**. Observe o **art. 157, § 2º, inciso VII do Código Penal:**

Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

*§ 2º A pena **aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade:***

*VII - se a violência ou grave ameaça é exercida com **emprego de arma branca** (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).*

Além disso, o Roubo praticado com o **emprego de arma de fogo** também é causa de aumento de pena. Observe o **art. 157, § 2º-A, inciso I, do Código Penal:**

*§ 2º-A - A pena **aumenta-se de 2/3 (dois terços)**: (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)*

*I – se a violência ou ameaça é exercida com **emprego de arma de fogo;***

Dessa forma, a pena será aumentada caso o crime tenha sido praticado com o emprego de arma de fogo **somente no crime de Roubo**, estando o item **errado**.

QUESTÃO 17 – 55% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo | Cargo: Auditor de Controle Externo - Direito (TCE ES) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o próximo item, relativos ao direito penal.

No que se refere à aplicação de pena por crime contra as finanças públicas, são previstos, no CP, de forma expressa, modo especial de apreciação das circunstâncias judiciais, em particular do valor dos danos causados ao erário, e, ainda, a elevação da pena com base nos elementos do tipo específico.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A alternativa cobra a análise conjunta dos seguintes dispositivos do Código Penal:

- Art. 59 ao 76 - Da Aplicação Da Pena
- Art. 359-A ao 359-H - Dos Crimes Contra as Finanças Públicas

Nesse sentido, **não existe previsão no Código Penal de forma especial de aplicação de pena em relação aos crimes contra finanças públicas.** Ou seja, não há dispositivo especial (expresso no Código Penal) para apreciação das circunstâncias judiciais, em particular do valor dos danos causados ao erário, quanto aos crimes do Título XI, Capítulo IV do CP. As circunstâncias judiciais deverão ser analisadas pelo magistrado conforme as regras gerais.

Cabe ressaltar que os crimes contra as finanças públicas só admitem a modalidade **dolosa**.

QUESTÃO 18 – 55% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Papiloscopista Polícia Federal (PF) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em cada próximo item é apresentada uma situação hipotética, acerca dos crimes contra a pessoa, contra o

patrimônio, contra a fé pública e contra a administração pública, seguida de uma assertiva a ser julgada.

No curso de investigação policial para apurar a prática de estelionato contra banco público, foi constatado que um de seus empregados concorreu culposamente para que outrem praticasse a infração. Logo após a descoberta dos fatos, o empregado reparou integralmente o dano causado, restituindo os valores devidamente corrigidos e atualizados antes do encerramento do inquérito policial. Nessa situação, está extinta a punibilidade do agente.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Vejamos o art. 171 do CP, que trata do **crime de estelionato**:

Estelionato

Art. 171, CP. *Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:*

Pena - *reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.*

Pelo que se deduz do enunciado, **o estelionatário é terceira pessoa que não trabalha no banco**. Já o empregado que lá trabalha concorre culposamente para o crime do primeiro. Por trabalhar em banco público, **esse empregado é abrangido pelo conceito de funcionário público** do art. 327 do Código Penal, pois, em teoria, ocupa um emprego público. Veja:

Funcionário público

Art. 327, CP. *Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo,* ***emprego*** *ou função pública.*

Com isso em mente, por concorrer culposamente para o crime de outrem, em teoria ele estaria cometendo o **crime de peculato culposo**, previsto no art. 312, § 2º do Código Penal:

Peculato culposo

Art. 312, § 2º, CP. *Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:*

Pena - *detenção, de três meses a um ano.*

Nesse caso, se **reparar o dano até a sentença irrecorrível**, terá **extinta a sua punibilidade**. Observe:

Art. 312, § 3º, CP. *No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.*

Assim, **a assertiva estaria correta**. Mas, de acordo com o gabarito oficial da prova, o item está errado. Segue a justificativa da banca examinadora:

"*O primeiro erro na assertiva consiste na* ***afirmação acerca da participação culposa****, vez que* ***o estelionato somente poderá ser praticado na forma dolosa****, portanto* ***não poderá ocorrer participação culposas, em crime doloso****. Na doutrina conferir: "O crime de estelionato, pela sua própria natureza, só comporta a forma dolosa. PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. V.2. Parte especial, 2.ª. Ed. rev., ampl. e compl. São Paulo: RT. 2007.p 305. Por outro giro, igualmente errada encontra-se a afirmação da possibilidade da reparação dos danos como causa extintiva da punibilidade, vez que há previsão legal expressa apenas em relação ao delito de peculato cujo dispositivo tem o seguinte preceito: Peculato. Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: [...] Peculato culposo§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:[...] § 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.". Em conclusão, sob todos os ângulos que se examine o presente recurso, não há amparo para anulação do gabarito preliminar*." (CESPE/CEBRASPE, 2012).

Como se vê, **a banca considerou que o enunciado trata de concurso de pessoas cometendo o estelionato**, mas com conduta culposa do empregado do banco. Nesse caso, **não há que se falar em participação culposa em crime doloso** (NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 17. ed. São Paulo: Forense, 2017).

QUESTÃO 19 – 56% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Analista - Processual (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Jonas, policial militar em serviço velado no interior de uma viatura descaracterizada em estacionamento público próximo a uma casa de eventos, onde ocorria grande espetáculo de música, percebeu a presença de Mauro, com vinte e quatro anos de idade, que já ostentava condenação transitada em julgado por crime de receptação. Na oportunidade, Jonas viu que Mauro usou um pequeno canivete para abrir um automóvel e neste ingressou rapidamente. Fábio, com dezessete anos de idade, e que acompanhava Mauro, entrou pela porta direita do passageiro e sentou-se no banco. Mauro usou o mesmo canivete para dar partida na ignição do motor e se evadir do local na condução do veículo. Jonas informou sobre o fato a outros agentes em viaturas policiais, os quais, em diligências, localizaram o veículo conduzido por Mauro e prenderam-no cerca de dez minutos depois da abordagem. Em revista pessoal realizada por policiais militares em Mauro, foi

apreendida arma de fogo que se encontrava em sua cintura: um revólver de calibre 38, municiado com dois projéteis, do qual o portador não tinha qualquer registro ou porte legalmente válido em seu nome. O canivete foi encontrado na posse de Fábio.

Com referência à situação hipotética acima relatada, jugue o item que se segue.

Fábio praticou apenas ato infracional análogo ao crime de furto qualificado mediante emprego de chave falsa, previsto no CP.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Fábio praticou apenas ato infracional análogo ao crime de furto qualificado mediante ***~~emprego de chave falsa,~~*** *previsto no CP.*

A presente questão pode levar o candidato a imaginar num primeiro momento que o erro se encontra na afirmação "apenas", sendo que, em verdade deveria ser atribuído ao menor de idade, Fábio , 2 qualificadoras ao ato infracional análogo ao furto (mediante o emprego de chave falsa e pelo concurso de agentes), mas analisando a assertiva, conclui-se que restará caracterizada a figura do ato infracional análogo ao **crime de furto mediante concurso de duas ou mais pessoas ,** senão vejamos:

Da qualificadora do **emprego de chave falsa**:

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

III - com emprego de ***chave falsa****;*

IV - mediante ***concurso*** *de duas ou mais pessoas.*

Note que com relação a qualificadora de **emprego de chave falsa**, entende o STJ que este conceito abrange qualquer instrumento, com ou sem forma de chave, utilizado como dispositivo para abrir fechadura, nesse sentido:

→ *No que se refere ao* ***furto qualificado pelo emprego de chave falsa****, a jurisprudência desta Corte tem se manifestado no sentido de "o conceito de chave falsa abrange todo o* ***instrumento, com ou sem forma de chave, utilizado como dispositivo para abrir fechadura****, incluindo mixas" (HC nº 101.495/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 25/8/2008). Entendendo o Tribunal de origem que o crime foi cometido com*

o uso de chave mixa, impossível o afastamento da qualificadora (STJ, HC 200.126/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, 5ª T., DJe 18/05/2015).

Porém, restará descaracterizada a qualificadora do emprego de chave falsa, se esta for utilizada para ligar o automóvel (caso da questão), vejamos:

→ A utilização de chave falsa diretamente na ignição do veículo para **fazer acionar o motor não configura a qualificadora do emprego de chave falsa** (CP, art. 155, § 4º, III). A qualificadora só se verifica quando a chave falsa é utilizada externamente a res furtiva, vencendo o agente o obstáculo propositadamente colocado para protegê-la (STJ, REsp. 43047/SP, 5ª T., Rel. Min. Edson Vidigal, RT 746, p. 556).

Com relação ao concurso de pessoas, dispõe o Código Penal:

*Art. 29 - **Quem, de qualquer modo, concorre para o crime** incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.*

Pelo tudo exposto, podemos concluir que em verdade, o agente Fábio (inimputável) responderá pelo **ato infracional análogo ao crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas**, restando pelos motivos expostos, afastada a qualificadora de emprego de chave falsa.

QUESTÃO 20 – 56% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo | Cargo: Auditor de Controle Externo - Direito (TCE ES) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Com base na lei que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e no que dispõe o CP acerca dos crimes contra a administração pública e contra a fé pública, julgue o item subsequente.

Para a caracterização do crime de condescendência criminosa, é necessário haver relação de hierarquia entre o agente que cometa a infração no exercício do cargo, emprego ou função e a autoridade competente para aplicar-lhe a sanção administrativa.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A **condescendência criminosa**, tipificada pelo art. 320, do CP, é um dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral:

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ***ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:***

Esta questão apresenta divergência doutrinária. Segundo o entendimento majoritário, é SIM necessária a relação de hierarquia, não sendo responsabilizado o funcionário que não faz nada a respeito ao saber de infração cometida no exercício do cargo por colega, por exemplo.

Entretanto, **segundo a banca CESPE**, tendo em vista a letra da lei, em especial a parte destacada, é entendido que **NÃO É NECESSÁRIA** a relação hierárquica entre o agente que comete a infração no exercício do cargo e aquele que tem conhecimento desta, pois, ainda que não haja competência para responsabilizar o agente, ele deverá levar o fato ao conhecimento de quem a tenha (de outro modo, restará tipificado o crime de condescendência criminosa).

Deste modo, o aluno deve se atentar ao entendimento na banca, que considerou como **ERRADA** a questão, devendo, entretanto, levar em conta o entendimento adotado pelas demais bancas organizadoras, a depender do concurso que está em vista.

QUESTÃO 21 – 56% DE ACERTOS

Órgão: Agência Brasileira de Inteligência | Cargo: Agente de Inteligência (ABIN) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item seguintes, a respeito dos crimes contra a paz pública.

No caso de três ou mais pessoas associarem-se com a intenção de cometer um único assalto a banco, estará configurado o crime de associação criminosa.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A assertiva está **ERRADA**, haja vista que para que se configure o crime de associação criminosa, os envolvidos devem se reunir com o objetivo de *praticar um número indeterminado de delitos*. Deve haver uma associação estável, no caso em tela 3 (três) ou mais pessoas se associaram para cometer UM ÚNICO assalto a banco. Conforme dispõe o artigo 288 do Código Penal, que aduz:

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

Ademais, como bem observa Rogério Greco, *"para que se configure o delito de associação criminosa será preciso conjugar seu caráter de estabilidade, permanência, com a finalidade de praticar um número indeterminado de crimes. A reunião desse mesmo número de pessoas para a prática de um único crime, ou mesmo dois deles, não importa no reconhecimento do delito em estudo".*

Assim, o tipo penal em estudo, utilizou a palavra **"crimes"** em sentido técnico e, consequentemente, o agrupamento de três ou mais pessoas para o fim de praticar contravenções penais ou atos meramente imorais não caracteriza o delito de associação criminosa que exige a união estável e permanente de três ou mais pessoas para o fim de praticar crimes indeterminados.

QUESTÃO 22 – 57% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Taquigrafia | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item subsequente, relativo a crimes contra a administração pública.

O crime de tergiversação é caracterizado pela conduta do advogado que, após ter sido dispensado por uma das partes, tiver assumido a defesa da parte contrária na mesma causa. A sua consumação exige a prática de ato processual, não bastando a simples outorga de procuração.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

A questão exigiu o conhecimento da legislação quanto ao crime de tergiversação ou patrocínio infiel, o qual está disposto no **artigo 355, § único do Código Penal (CPP)**.

Patrocínio infiel:

Art. 355, CP *- Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado:*

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

Patrocínio simultâneo ou tergiversação:

§ único - Incorre na pena deste artigo o advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.

O patrocínio infiel (Art. 355, CP), patrocínio simultâneo ou tergiversação (Art. 355, § único, CPP), é crime praticado contra a administração da justiça.

A consumação do crime ocorre quando o sujeito trai o dever profissional e causa efetivo prejuízo ao interesse do seu cliente (crime material e instantâneo), sendo que, o interesse lesado deve ter sido patrocinado em juízo pelo sujeito ativo.

Sujeito ativo: O advogado ou procurador (crime próprio)

Sujeito passivo: Qualquer pessoa (física ou jurídica) prejudicada.

FONTE: CORREIA,Martina. Direito Penal em Tabelas: Parte especial. Salvador: Editora Juspodvim, 2018.

QUESTÃO 23 – 57% DE ACERTOS

Órgão: Conselho Nacional de Justiça | Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em relação a crimes contra a fé e a administração públicas e de abuso de autoridade, julgue o item subsequente.

O particular que, em conjunto com a esposa, funcionária pública, apropriar-se de bens do Estado responderá por peculato, ainda que não seja membro da administração. Peculato é crime funcional impróprio, afiançável e prescritível.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

O Peculato, por sua vez, é crime funcional impróprio, ou seja, é um crime funcional que, quando praticado isoladamente por um particular, embora não configure peculato, configura **OUTRO DELITO** (que pode ser furto, apropriação indébita, etc).

Também é crime **afiançável** e **prescritível**, eis que a lei não dispõe de forma contrária, como acontece com o crime de racismo, por exemplo, que é inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLII da CRFB/88).

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Preste bem atenção sobre os crimes funcionais:

- **Próprios**: a conduta é crime, desde que praticada por "funcionário público", caso contrário é fato atípico (atipicidade absoluta). A condição de funcionário público é essencial para caracterizar o crime. Exemplo: Corrupção Passiva
- **Impróprios**: a conduta, se praticada por funcionário público, é CRIME FUNCIONAL, **se praticado por "pessoa comum" é crime, mas com outra tipificação.** Exemplo: Peculato, se for funcionário público. Caso não seja funcionário público, então é furto.

QUESTÃO 24 – 58% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Técnico - Judiciário (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Mário havia encomendado uma geladeira em uma loja de departamento. No dia da entrega do produto, o empregado da transportadora equivocou-se quanto ao número do apartamento de Mário, entregando o bem, por engano, a José, síndico do prédio, que, na ocasião, se ofereceu para guardá-lo e entregá-lo a seu real destinatário, já com o objetivo de ficar com o bem para si; e assim o fez.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item que se segue, no que se refere aos crimes contra o

patrimônio.

Em razão de ter recebido a coisa na qualidade de síndico, a pena de José será aumentada em um terço.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Segundo o artigo 171 do Código Penal:

*Art. 171 - **Obter**, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:*

Ao aplicar o dispositivo ao caso da questão temos que:

1) o agente obteve a vantagem ilícita, ou seja, a geladeira (coisa alheia móvel).
2) prejudicou terceiro, **seu vizinho**.
3) manteve o empregado da vendedora em erro, pois este acreditava ter se dirigido ao apartamento correto, quando não o era.
4) utilizou de ardil, uma vez que alegou que, na condição de síndico, entregaria a geladeira ao seu verdadeiro dono.

Nesse sentido, a conduta do síndico caracterizou o **crime de estelionato**, tendo em vista que seu dolo era prévio à obtenção da vantagem ilícita, ou seja, o agente sabia que a coisa não era devida a ele inicialmente, e mesmo assim, manteve o empregado da vendedora em erro.

Assim sendo, a questão se revela incorreta, tendo em vista que o **crime de estelionato** não prevê como causa de aumento de pena a **qualidade de síndico** para o sujeito ativo.

QUESTÃO 25 – 58% DE ACERTOS

Órgão: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares | Cargo: Advogado (EBSERH) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue o item que se segue.

Para a punição de um partícipe que colabore com a conduta delituosa, é preciso que o fato principal seja típico, ilícito, culpável e punível.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

No Brasil, foi adotada a teoria da **Acessoriedade Limitada** em relação a punição do partícipe, de modo que para puní-lo, é necessário que o autor tenha cometido um **fato típico e ilícito**. Basta que seja típico e ilícito para a punição da participação.

Faltando tipicidade e ilicitude na conduta do autor, não há que se falar em punição do partícipe.

A questão faz menção a Teoria da Hiperacessoriedade ou Acessoriedade extremada, que não foi adotada pelo CP.

A doutrina traz outras teorias em relação a punição da participação, que, de forma resumida, são assim definidas:

Teoria da Acessoriedade Mínima: a conduta principal deve ser **típica.**

Teoria da Acessoriedade Limitada: a conduta principal deve ser **típica + Ilícita**. (adotada no sistema penal brasileiro)

Teoria da Acessoriedade Máxima: a conduta principal deve ser **típica + Ilícita + culpável.**

Teoria da Hiperacessoriedade: a conduta principal deve ser **típica + Ilícita + culpável + punível**.

QUESTÃO 26 – 60% DE ACERTOS

Órgão: Departamento Penitenciário Nacional | Cargo: Agente Penitenciário Federal | Ano: 2019

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acompanhada de seu filho adolescente Rafael, Joana visita mensalmente seu marido, Jorge, que cumpre pena em estabelecimento prisional.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando os procedimentos para revista pessoal

estabelecidos pelo CNPCP.

Se houver motivos para suspeita, os agentes penitenciários poderão exigir que Joana retire peças de roupa que estiver vestindo para passar por revista pessoal antes de entrar no estabelecimento.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

O art. 2º da Resolução n. 5 do CNPCP, de 28 de agosto de 2014 veda a realização de revista vexatória, desumana ou degradante aos ingressantes do estabelecimento prisional, e traz **rol exemplificativo**:

Art. 2º. São vedadas quaisquer formas de revista vexatória, desumana ou degradante.

*Parágrafo único. Consideram-se, **dentre outras**, formas de revista vexatória, desumana ou degradante:*

I - desnudamento parcial ou total; (objeto da questão)

II - qualquer conduta que implique a introdução de objetos nas cavidades corporais da pessoa revistada;

III - uso de cães ou animais farejadores, ainda que treinados para esse fim;

IV - agachamento ou saltos.

Deste modo, ainda que houvesse motivos para suspeita, os agentes penitenciários **não poderiam exigir que Joana se despisse, total ou parcialmente**, para que fosse procedida a revista pessoal.

Vale lembrar que a fundada suspeita poderia legitimar, excepcionalmente, a revista pessoal, de forma manual, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da mesma Resolução.

Ademais, em se tratando de revistada mulher, o procedimento tem de ser realizado por **pessoa do mesmo sexo.**

QUESTÃO 27 – 60% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Civil do Estado de Sergipe | Cargo: Delegado de Polícia (PC SE) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Francisco, maior e capaz, em razão de desavenças decorrentes de disputa de terras, planeja matar seu desafeto Paulo, também maior e capaz. Após analisar detidamente a rotina de Paulo, Francisco aguarda pelo momento oportuno para efetivar seu plano.

A partir dessa situação hipotética e de assuntos a ela correlatos, julgue o item seguinte.

Caso o delito ocorra pouco tempo depois da motivação e do planejamento do crime, a premeditação poderá ser considerada uma qualificadora do delito de homicídio.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

As **qualificadoras do homicídio** estão previstas no **rol TAXATIVO** do **art. 121, §2, Código Penal**, veja-se:

Art. 121, CP. Homicídio qualificado

§ 2° Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo futil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossivel a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Feminicídio (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra

seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

VIII - (VETADO): (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Nas hipóteses eleitas pelo legislador, a pena será maior que a do homicídio simples, em razão do maior desvalor da conduta do agente. Vale destacar que todas as hipóteses de homicídio-qualificado são consideradas **crime hediondo** (art. 1, I, Lei 8.072/90).

A questão está ERRADA, pois **a premeditação do crime não foi prevista pelo legislador como uma qualificadora do homicídio** no art. 121, §2, CP. As qualificadoras, uma vez que agravam a pena do agente, não podem ser interpretadas extensivamente, exceto nos incisos I, III e IV, que o próprio legislador autorizou a analogia (ex. "ou por outro motivo torpe").

QUESTÃO 28 – 61% DE ACERTOS

Órgão: Agência Brasileira de Inteligência | Cargo: Agente de Inteligência (ABIN) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acerca dos crimes contra a incolumidade pública, julgue o item que se seguem

A conduta de disseminar germes patológicos com o objetivo de infectar plantas e animais não configura o crime de epidemia.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

A assertiva está **CORRETA**, pois para a tipificação do fato é necessário que os germes patogênicos disseminados pelo agente acometam de doença infecciosa um número considerável de pessoas, <u>não sendo considerada epidemia as doenças infecciosas que atinjam uma ou outra pessoa, ou que atinjam plantas ou animais.</u>

Art. 259 - Difundir doença ou praga que possa causar dano a floresta, plantação ou animais de utilidade econômica:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Art. 267. Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos:

Pena - reclusão, de dez a quinze anos.

§ 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro.

§ 2º - No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos, ou, se resulta morte, de dois a quatro anos.

QUESTÃO 29 – 61% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Analista - Processual (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em uma área rural, Lucas, reincidente em crime de lesão corporal de natureza grave, apontou uma arma de fogo do tipo pistola de calibre 380, municiada com um cartucho, na direção de Flávia, determinou que ambos caminhassem para o interior de um matagal existente na localidade, e ali ele praticou o crime de estupro na forma consumada. Antes de fugir do local, Lucas ainda revistou a roupa de Flávia e levou seu aparelho de telefone celular, que custava duzentos reais. Flávia conseguiu abrigo em uma residência próxima ao local do fato, onde relatou o ocorrido a Roberta, que ligou para policiais militares do posto mais próximo, os quais conseguiram localizar Lucas e prendê-lo na posse da arma de fogo, mas não localizaram o aparelho de telefone celular. Na delegacia de polícia, constatou-se que a arma de fogo era produto de furto registrado na semana anterior por Rodrigo, detentor do respectivo registro da arma. Lucas foi denunciado pelo MP e, no curso da instrução criminal, comprovou-se que ele, ao tempo do crime, por força de desenvolvimento mental incompleto, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.

Considerando o caso hipotético acima, julgue o item subsequente.

Na sentença, o juiz poderá proferir sentença absolutória imprópria e impor a Lucas medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico pelo prazo mínimo de um a três anos.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A questão versa sobre um caso de aplicação de pena ao agente semi-imputável:

Na sentença, o juiz ~~poderá proferir sentença absolutória imprópria~~ e **impor a Lucas medida de segurança de internação em hospital de custódia ~~e~~ tratamento psiquiátrico pelo prazo mínimo de um a três anos.** ERRADO

Note que o enunciado da questão descreve um agente que ao tempo do crime, por força de desenvolvimento mental incompleto, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato, tratando-se em verdade de um caso de semi-imputabilidade penal. Nesse sentido dispõe o art. 26 do CP que colacionamos:

- CP - Art.26, Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou **por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato** ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

Ao contrário do que propõe a assertiva, por se tratar de agente semi-imputável , o juiz proferirá uma **sentença condenatória,** podendo (facultativo) substituí-la pela internação ou tratamento ambulatorial quando necessitar o condenado de especial tratamento curativo, pelo prazo mínimo de um a três anos. Trata-se do chamado **Sistema Vicariante (ou Unitário)** adotado pelo Código Penal Brasileiro, senão vejamos:

- CP - Art. 98 - Na hipótese do parágrafo único do art. 26 deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade **pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial,** pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do artigo anterior e respectivos §§ 1º a 4º.

Assim sendo, não será proferida sentença absolutória imprópria, tampouco as medidas de segurança serão cumuladas como propõe a assertiva.

QUESTÃO 30 – 62% DE ACERTOS

Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista (RR) | Cargo: Procurador Municipal (Pref Boa Vista/RR) | Ano: 2019

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Juan González, estrangeiro, enfermeiro, residente havia dois anos em Boa Vista – RR, apresentava-se como médico no Brasil e atendia pacientes gratuitamente em um posto de saúde da rede pública municipal, embora não fosse funcionário público. Seu verdadeiro objetivo com essa prática era retirar medicamentos do local e revendê-los para obter lucro.

Em razão de denúncia anônima a respeito do desvio de medicamentos, Juan, portando caixas de remédios retiradas do local, foi abordado em seu automóvel por policiais logo após ter saído do posto e foi, então, conduzido à delegacia. Para que seu verdadeiro nome não fosse descoberto, Juan identificou-se à autoridade policial como Pedro Rodríguez, buscando, assim, evitar o cumprimento de mandado de prisão expedido por ter sido condenado pelo crime de moeda falsa no Brasil.

Questionado sobre a propriedade do veículo no qual se encontrava no momento da abordagem, Juan informou tê-lo comprado de uma pessoa desconhecida, em Boa Vista. Durante a investigação policial, verificou-se que o veículo havia sido furtado por outra pessoa no Brasil e que a placa estava adulterada. Verificou-se, ainda, que a placa identificava um veículo registrado no país de origem de Juan e em seu nome, embora Juan tivesse alegado ter adquirido o veículo já com a referida placa.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Juan não deverá responder pelo crime de peculato, apesar de ter se apropriado de medicamentos da rede pública de saúde.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

Estimado aluno, de início, vamos analisar o **crime de peculato** para sabermos se ele incide na situação narrada. Observe o art. 312 do CP:

Peculato

Art. 312, CP. *Apropriar-se o* ***funcionário público*** *de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:*

Pena - *reclusão, de dois a doze anos, e multa.*

Nesse artigo nós temos duas modalidades de peculato (o que a doutrina majoritária denomina de "peculato próprio"):

- **Peculato apropriação** (art. 312, *caput*, 1ª parte): tem como **núcleo** do tipo "*apropriar-se*", no sentido de se posicionar como dono da coisa (*animus domini*). Essa apropriação deve possuir a **intenção definitiva de não restituir o objeto ao seu titular** (STJ, 6ª Turma. REsp 830.671/SP. Rel. Min. Hamilton Carvalhido. Julg. 08/03/2007).

- **Peculato desvio** (art. 312, *caput*, 1ª parte): tem como **núcleo** do tipo "*desviar*", em que o sujeito dá destinação diversa à coisa em proveito próprio ou alheio.

Nos dois casos acima, se **ausente a condição de "*funcionário público*", restará configurado o crime de apropriação indébita** (trata-se, portanto, de **crime funcional impróprio**).

O § 1º do art. 312 do CP traz a 3ª modalidade: o **peculato furto** (peculato impróprio ou peculato-subtração). Veja:

Art. 312, § 1º, CP. *Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o **subtrai**, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.*

Nessa modalidade, temos **dois núcleos**: "*subtrair*" (no sentido de inverter a posse) e "*concorrer*" para que seja subtraído (quando o funcionário contribui dolosamente para a subtração por outra pessoa). No último caso, temos um **crime de concurso necessário**. E, em ambos os núcleos, se **ausente a condição de "*funcionário público*", restará configurado o crime de furto** (trata-se, portanto, de **crime funcional impróprio**).

Em qualquer das modalidades acima há um pressuposto para o peculato ocorrer: a **posse da coisa pela Administração Pública**. Com esse requisito preenchido, o crime só estará caracterizado se a apropriação, o desvio ou a subtração **ocorrer em razão das facilidades proporcionadas** pelo cargo, emprego ou função que o funcionário ocupa.

Vamos então analisar as demais características do peculato? Segundo a doutrina (MASSON, Cleber. Código Penal Comentado. 8. ed. São Paulo: Método, 2020. p. 1.255), esse delito é:

- ***Uniofensivo:*** *ofende a Administração Pública, principalmente em relação aos seus bens e à sua moralidade.*
- ***Próprio:*** *só pode ser praticado pelo **funcionário público**, em razão das facilidades proporcionadas pela sua ocupação. Mas admite o concurso de pessoas estranhas à Administração Pública.*
- ***Material (ou causal):*** *necessita do resultado naturalístico para que o crime esteja configurado. Esse resultado pode ocorrer quando o sujeito se comporta como proprietário da coisa (peculato apropriação), quando dá destinação diversa à coisa (peculato desvio) ou quando subtrai a coisa móvel (peculato furto).*
- ***De forma livre:*** *pode ser executado por qualquer meio, inclusive por omissão.*
- ***Unissubjetivo (unilateral ou de concurso eventual):*** *é praticado por um só agente (funcionário público), mas admite o concurso de pessoas (no peculato furto em seu núcleo "concorrer", temos um crime de concurso necessário).*

A **tentativa** é **possível**.

O **elemento subjetivo** é o **dolo**. Há **previsão da modalidade culposa** no art. 312, § 2º.

Em todas as hipóteses de peculato a **ação penal** é **pública incondicionada**.

Como visto, trata-se de um **crime próprio**, que **só pode ser cometido por funcionário público**. Porém, **Juan não é servidor público**. Como afirma o texto, ele "*apresentava-se como médico no Brasil e atendia pacientes gratuitamente em um posto de saúde da rede pública municipal, embora não fosse funcionário público*".

Dessa forma, o crime cometido por Juan, ao **retirar medicamentos do local**, é o de **furto** (art. 155, CP):

Furto

Art. 155, CP. *Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:*

Pena - *reclusão, de um a quatro anos, e multa.*

De acordo com a classificação doutrinária (MASSON. op. cit. p. 757), o furto é:

- ***Comum (ou geral):*** *pode ser praticado por qualquer pessoa, salvo o proprietário do bem (a coisa deve ser "alheia").*
- ***Material:*** *o furto se consuma com a efetiva diminuição patrimonial da vítima. Para explicar o momento da consumação, durante muito tempo prevaleceu no Brasil a teoria da posse pacífica, pela qual a consumação do furto ocorre quando o agente consegue a posse pacífica da coisa, mesmo que por alguns segundos. Hoje, porém,* ***a teoria mais aceita é a da inversão da posse****. Segundo o STF, "para a consumação do crime de furto ou de roubo, não se faz necessário que o agente logre a posse mansa e pacífica do objeto do crime, bastando a saída, ainda que breve, do bem da chamada esfera de vigilância da vítima" (STF, 1ª Turma. HC 113.563/SP. Rel. Min. Rosa Weber. Julg. 05/02/2013). É também o entendimento do STJ (3ª Seção. REsp 1.524.450/RJ. Rel. Min. Nefi Cordeiro. Julg. 14/10/2015. Info 572).*
- ***Núcleo do tipo:*** *"subtrair", que ocorre com a apropriação da coisa alheia móvel com ânimo definitivo ("animus rem sibi habendi"), retirando da esfera de vigilância da vítima.*
- ***De forma livre:*** *pode ser executado por qualquer meio, diretamente ou através de instrumentos, ou mesmo através do uso de animais.*
- ***Unissubjetivo (unilateral ou de concurso eventual):*** *é praticado por um só agente, mas admite o concurso de pessoas.*

O **elemento subjetivo** é o **dolo**, conhecido como "*animus furandi*", exigindo-se ainda um **especial fim de agir**, representado pela expressão "*para si ou para outrem*". Não é necessária a intenção de lucro. **Não se admite a modalidade culposa.**

A **tentativa** é **possível**.

A **ação penal** é **pública incondicionada**.

Portanto, **a assertiva está correta.**

QUESTÃO 31 – 63% DE ACERTOS

Órgão: Departamento Penitenciário Nacional | Cargo: Agente Penitenciário Federal | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acompanhada de seu filho adolescente Rafael, Joana visita mensalmente seu marido, Jorge, que cumpre pena em estabelecimento prisional.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando os procedimentos para revista pessoal estabelecidos pelo CNPCP.

A realização de revista pessoal em Rafael dependerá de autorização expressa de Joana, que, caso autorize esse procedimento, deverá estar presente durante a sua execução.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

Segundo o anunciado, Rafael é adolescente, razão pela qual há dois requisitos especiais para a realização de sua revista pessoal: a autorização expressa e prévia de seu responsável legal, no caso, sua mãe Joana, e a presença desta no momento do procedimento.

Veja-se o art. 4º da Resolução n. 5 do CNPCP, de 28 de agosto de 2014:

*"Art. 4º. A revista pessoal em **crianças e adolescentes** deve ser **precedida de autorização expressa** de seu representante legal e somente será realizada na **presença deste**".*

A exigência de autorização prévia e expressa e da presença do responsável pelo menor, se dá em razão da sua **incapacidade.**

O Código Civil estabelece que os menores de 16 (dezesseis) anos são absolutamente incapazes, enquanto que aqueles que têm de 16 (dezesseis) anos completos e 18 (dezoito) anos incompletos são relativamente incapazes:

"Art. 3º do Código Civil. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

Art. 4º do Código Civil. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos."

Em complemento, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) considera "criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade" (art. 2º da Lei 8.069/1990).

QUESTÃO 32 – 63% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Acerca dos institutos penais da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, julgue o item a seguir.

É admissível a incidência do arrependimento eficaz nos crimes perpetrados com violência ou grave ameaça.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

A questão exigiu o conhecimento da legislação a respeito do arrependimento eficaz, previsto no artigo 15 do Código Penal (CP). Está correta, pois é admissível a incidência do arrependimento eficaz em crimes praticados com violência ou grave ameaça.

Desistência voluntária e arrependimento eficaz

Art. 15, CP - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

Na primeira parte do artigo 15 do CP, "desiste de prosseguir na execução", está a desistência voluntária, na segunda parte, "impede que o resultado se produza", está o arrependimento eficaz.

No arrependimento eficaz, o agente pratica todos os atos de execução que tinha à disposição, mas se arrepende e voluntariamente age no sentido de evitar o resultado.

Exemplo: O agente, com *animus necandi* (intento de matar), desfere tiros contra a vítima e esgota a execução, mas se arrepende e a conduz ao hospital. Se a vítima sobreviver, o agente responderá apenas pelas lesões já praticadas (se houver).

FONTE: CORREIA, Martina. Direito Penal em Tabelas- Parte Geral. Salvador: Ed. Juspodivm, 2018.

QUESTÃO 33 – 63% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Civil do Estado de Sergipe | Cargo: Delegado de Polícia (PC SE) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

João e Pedro, maiores e capazes, livres e conscientemente, aceitaram convite de Ana, também maior e capaz, para juntos assaltarem loja do comércio local. Em data e hora combinadas, no período noturno e após o fechamento, João e Pedro arrombaram a porta dos fundos de uma loja de decoração, na qual entraram e ficaram vigiando enquanto Ana subtraía objetos valiosos, que seriam divididos igualmente entre os três. Alertada pela vizinhança, a polícia chegou ao local durante o assalto, prendeu os três e os encaminhou para a delegacia de polícia local.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Para que fique caracterizado o concurso de pessoas, é necessário que exista o prévio ajuste entre os agentes delitivos para a prática do delito.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A questão versa sobre o tema concurso de pessoa, nos termos do art. 29 a 31 do Código Penal. Concurso de pessoas ocorre quando há a colaboração de dois ou mais agentes para a prática de uma infração penal.

A afirmação está **incorreta**, pois doutrina especializada entende que **o vínculo psicológico não depende de ajuste prévio entre os criminosos, sendo suficiente que um criminoso tome conhecimento da intenção do outro e resolva se envolver na trama delituosa.** Claro que deve haver o vínculo subjetivo entre eles, mas isso não significa que seja anterior à conduta.

Portanto, **não é requisito caracterizador do concurso de pessoas o ajuste prévio entre os agentes**, nos termos do ensinamento do Prof. Guilherme Nucci:

"Não há necessidade de ajuste prévio entre os coautores. Exemplo: uma empregada, decidindo vingar-se da patroa, deixa propositadamente a porta aberta para que entre o ladrão. Havendo o furto, são colaboradores a empregada e o agente direto da subtração, porque suas vontades se ligam, pretendendo o mesmo resultado, embora nem mesmo se conheçam. Nessa hipótese, pode ocorrer a denominada coautoria sucessiva. Se o ladrão estiver retirando as coisas da casa, cuja porta foi deixada aberta pela empregada, pode contar com a colaboração de outro indivíduo que, passando pelo local, resolva aderir ao fato e também retirar as coisas da casa." (Nucci, Direito Penal- Parte Geral, p. 841.)

Ademais, é importante rememorar os requisitos do concurso de pessoas apontados pela doutrina, quais sejam: PRIVE (mnemônico):

Pluralidade de agentes e de condutas;

Relevância causal de cada conduta;

Identidade de infração penal;

Vínculo subjetivo entre os agentes (vínculo psicológico);

Existência de infração punível.

QUESTÃO 34 – 64% DE ACERTOS

Órgão: Agência Brasileira de Inteligência | Cargo: Oficial de Inteligência Àrea 1 (ABIN) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

No que se refere aos tipos penais, julgue o próximo item.

O crime de violação de sigilo funcional é subsidiário, apenas se caracterizando se a revelação de fato sigiloso conhecido em razão do cargo não constituir crime mais grave.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

O enunciado exige o conhecimento do disposto no **artigo 325 do Código Penal** que diz:

"Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, ***se o fato não constitui crime mais grave.****"*

Para melhor compreensão, trazemos o **conceito de crime subsidiário** dado pela doutrina:

Um crime é subsidiário em relação a outro quando descreve um grau menor de violação do bem jurídico. A análise, neste caso, é feita em concreto, relação de *minus* e de *plus*, ou seja, de maior ou menor intensidade. Havendo, portanto, conflito aparente de normas, é levada em conta a análise do fato praticado *(Veja a a classificação completa em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/classificacao-dos-crimes/).*

No caso em tela, o artigo 325 do CP, traz uma modalidade de crime expressamente subsidiário, visto que a própria lei determina que incorrerá no tipo apenas se o fato não constituir crime mais grave.

QUESTÃO 35 – 64% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro | Cargo: Analista - Área de Controle Externo - Direito (TCE RJ) | Ano: 2021

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Com relação aos crimes contra a administração pública, julgue o item subsequente.

A causa de aumento de pena incidente sobre agente de crime contra a administração pública que seja ocupante de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta é aplicável também ao chefe do Poder Executivo, detentor de mandato eletivo.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

O **conceito de funcionário público** está previsto no art. 327 do Código Penal:

Funcionário público

Art. 327, CP. *Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.*

Segundo Cleber Masson (Código Penal Comentado. 8. ed. São Paulo: Método, 2020. p. 1.319), trata-se de uma **norma penal interpretativa**, pois tem o intuito de esclarecer o conteúdo de outras normas penais. Perceba que o conceito de funcionário público trazido pelo art. 327 é mais amplo do que o que estudamos em Direito Administrativo. Na realidade, **o conceito Código Penal equivale à definição de "agente público" do Direito Administrativo**. Essa noção abrange:

- ***Cargo Público:*** *ocupado por servidores públicos estatutários;*
- ***Emprego público:*** *preenchido por empregados públicos contratados através da CLT;*
- ***Função pública:*** *exercida por contratados temporariamente;*

Essas ocupações podem ser na **administração pública direta ou indireta**, **seja qual for o ente federado** (União, Estados, Municípios ou DF) **em qualquer dos Poderes** (Executivo, Legislativo ou Judiciário). Será ainda considerado funcionário público ainda que as funções desenvolvidas sejam **sem remuneração** ou mesmo **de forma transitória** (temporária).

Já o § 2º do mesmo artigo prevê uma **causa de aumento de pena** caso o funcionário público seja **sujeito ativo** do crime contra a Administração em geral. Veja:

Art. 327, § 2º, CP. *A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.*

Inicialmente, devemos diferenciar o "***cargo comissionado***" da "***função de direção ou assessoramento***". Ambos derivam do art. 37, V da CF/88:

Art. 37, V, CF/88. *as **funções de confiança**, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os **cargos em comissão**, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;*

De acordo com Wagner Damazio (Direito Administrativo p/ Procurador da República (Curso Regular) Com videoaulas - 2020.2 Pré-Edital), **cargo comissionado** "*pode ser exercido tanto por servidor público efetivo quanto por aquele que não tenha qualquer vínculo com a Administração Pública. [...]* ***São de livre nomeação e exoneração*** *('ad nutum'), respeitado o preenchimento mínimo por servidores de carreira previstos em lei*".

Por outro lado, ainda consoante o professor citado, "*só quem pode exercer **função de confiança** são os **servidores públicos estatutários**, titulares de cargos efetivos. A função de confiança, no dia a dia também denominada função gratificada, representa um conjunto de atribuições para as quais aquele que vier a exercer fará jus a uma gratificação*".

Para incidir a majorante, os titulares de cargo comissionado ou detentores de função de confiança **podem exercer suas funções em qualquer órgão da administração direta ou entidade da administração indireta** (fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista).

Contudo, o STF entende que "*a causa de aumento prevista no § 2º do art. 327 do Código Penal* ***não pode ser aplicada aos dirigentes de autarquias*** *(ex: a maioria dos Detrans) porque esse dispositivo menciona apenas órgãos, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações*" (STF, 2ª Turma. AO 2093/RN. Rel. Min. Cármen Lúcia. Julg. 3/9/2019. Info 950).

Ademais, perceba que **o aumento de pena é em fração fixa de 1/3**. Como se trata de uma **circunstância objetiva** (ou ocupa o cargo ou função, ou não ocupa), não há que se valorar em qual proporção deve ser majorada a pena.

Por fim, em conformidade com Masson (op. cit. p. 1.321), "*o fundamento do tratamento penal mais severo repousa na* ***maior reprovabilidade da conduta criminosa****. Não é possível encarar o universo de agentes públicos como realidade jurídica única. O* ***funcionário público ocupante de cargo em comissão****, isto é, sem vinculação efetiva com o Poder Público, mostra sua ausência de compromisso com a coletividade. Por sua vez,* ***o sujeito que desempenha função de direção ou assessoramento*** *revela um especial abuso das prerrogativas em que fora investido, delas se utilizando para satisfação de interesses pessoais*".

Professor, e essa majorante é aplicável ao Chefe do Poder Executivo? Sim, caro aluno. Segundo o STF, "***aplica-se ao Chefe do Poder Executivo a causa de aumento de pena prevista*** *no § 2º do art. 327 do CP. [...] A respeito, o Tribunal assinalou que detentores de função de direção na Administração Pública deveriam ser compreendidos no âmbito de incidência da norma, e que a exclusão do Chefe do Executivo conflitaria com a Constituição*" (STF, Plenário. Inq 2.606/MT. Rel. Min. Luiz Fux. Julg. 04/09/2014. Info 757).

Por outro lado, **ela não pode ser aplicada aos parlamentares** (STF, Plenário. Inq 3.983/DF. Rel. Min. Teori Zavascki. Julg. 03/03/2016), **salvo se exercerem cumulativamente as funções política e administrativa** (STF, 2ª Turma. RHC 110.513/RJ. Rel. Min. Joaquim Barbosa. Julg.. 29/05/2012. Info 669).

Portanto, **a assertiva está correta.**

QUESTÃO 36 – 64% DE ACERTOS

Órgão: Ministério Público da União | Cargo: Analista (MPU) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Cada item a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da aplicação e da interpretação da lei penal, do concurso de pessoas e da culpabilidade.

João e Manoel, penalmente imputáveis, decidiram matar Francisco. Sem que um soubesse da intenção do

outro, João e Manoel se posicionaram de tocaia e, concomitantemente, atiraram na direção da vítima, que veio a falecer em decorrência de um dos disparos. Não foi possível determinar de qual arma foi deflagrado o projétil que atingiu fatalmente Francisco. Nessa situação, João e Manoel responderão pelo crime de homicídio na forma tentada.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

Caro Aluno, a questão traz à baila o instituto da **autoria imediata**, que *consiste na prática de uma infração penal, por dois ou mais agentes, sem vínculo subjetivo, cada qual dos agentes responderá pela ato que praticou*, vejamos o ensinamento de Rogério Sanches:

*"Verifica-se **autoria colateral** quando dois ou mais agentes, um **ignorando** a **contribuição do outro,** concentram suas condutas para o cometimento da mesma infração. Nota-se, no caso, a ausência de vínculo subjetivo entre os agentes, que, se presente, faria incidir as regras de concurso de pessoas*." (Manual de Direito Penal, Parte Geral, 2020, p. 465).

Lembre-se que para haver **concurso de pessoas é necessário:**

1. *Pluralidade de agentes e condutas;*
2. *Relevância causal das condutas;*
3. *Unidade de infração;*
4. ***Vínculo subjetivo;***
5. *Existência de fato punível.*

Veja que, na questão em tela, **faltou o vínculo subjetivo entre as partes.**

Continuando os ensinamentos do Professor Rogério Sanches:

"Entretanto, quando não for possível identificar quem causou o resultado, aplica-se a ***autoria incerta***, *isto é, cada qual responderá pela tentativa, tendo em vista que punir ambos por homicídio é impossível, porque um deles ficou apenas na tentativa; absolvê-los também é inadmissível, porque ambos participaram de um crime de autoria conhecida. A solução será condená-los por tentativa de homicídio, abstraindo-se o resultado, cuja autoria é desconhecida."* (Manual do Direito Penal, 2020, 466).

Vejamos os esclarecimentos do Professor Michael Procópio, do Estratégia Concursos:

*"A **autoria colateral** ocorre quando dois ou mais agentes concorrem para a prática da realização da infração penal, **sem vínculo entre eles**. Os indivíduos **não possuem liame subjetivo** de juntos praticarem a conduta típica, mas acabam realizando a conduta de forma concorrente.*

Imaginem que dois empregados da mesma empresa ficam revoltados com o chefe e, cada qual a seu turno, envenenam o café. Um não sabe da conduta do outro, agindo de forma colateral.

É também o exemplo clássico de dois atiradores esperarem um inimigo comum passar pela rodovia, com a arma apontada para ele, e, sem um saber da ação do outro, atiram ao mesmo tempo quando ele passa.

*Na autoria colateral, **cada um dos agentes responde pelos atos que praticou.** Por exemplo, se no caso dos atiradores na rodovia, ficar provado que só os projéteis emanados da arma de um deles atingiu a vítima, levando-a a óbito, só ele deve responder por homicídio consumado. O outro, cuja tentativa foi incruenta no caso, deve responder apenas pela tentativa de homicídio."*

Com essa explicação fica mais claro né? Mas o referido Professor continua:

- >***"E se, em um caso de autoria colateral, não for possível identificar quem causou o resultado?*** *Se **não** for possível **identificar** qual dos agentes produziu, com sua conduta, o resultado naturalístico, n**ão é possível que nenhum responda sem a prova do nexo causal**, caso não tenha havido ajuste entre eles. Denominados o caso de <u>autoria incerta</u>. Sem liame subjetivo entre os sujeitos, eles devem responder pela tentativa.*
- ***E se um dos agentes praticar crime impossível e não se puder identificar qual?*** *Imaginem que, no exemplo dos dois atiradores com bestas, se verifique que um dos atiradores chegou primeiro e atingiu o sujeito com uma seta certeira e letal. Quando o outro atirador lançou a primeira seta, a **vítima já havia morrido.** Deste modo, o segundo atirador já encontrou um **objeto material absolutamente impróprio** e, portanto, sua **tentativa é inidônea (crime impossível)**. O caso é polêmico, mas **não se pode responsabilizar alguém sem demonstração do nexo entre a conduta e o resultado naturalístico.** Se não for possível descobrir qual das condutas produziu a morte e qual delas representou uma **tentativa inidônea, nenhum dos dois pode ser responsabilizado.***

(Aula 08, Direito Penal p/ PC-PR (Delegado), Autor: Michael Procópio, Estratégia Concursos, p. 29 e 30)

Assim, a questão encontra-se **correta**, pois <u>tanto João quanto Manoel **não** tinham liame subjetivo</u>, responderão, portanto, pelo crime de <u>homicídio na forma tentada</u>.

QUESTÃO 37 – 64% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Federal | Cargo: Delegado de Polícia Federal (PF) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Com relação aos crimes previstos no CP, julgue o item que se segue.

Os delitos de inserção de dados falsos e de modificação ou alteração de dados não autorizada em sistema de informações só se configuram se praticados por funcionário público autorizado, com o fim específico de obter vantagem indevida para si ou para outrem, ou para causar dano, sendo as penas aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resultar dano para a administração pública ou para o administrado.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

O enunciado não está de acordo com o que prevê o art. 313-A do CP:

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.

Nota-se que no crime de inserção de dados falsos em sistema de informações não consta o verbo modificar, que, por sua vez, está previsto no art. 313-B, que é justamente o crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações:

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.

Nesse diapasão, verifica-se que o sujeito ativo do crime tipificado no art. 313-A, é o funcionário autorizado, ao passo no crime do art. 313-B, basta ser funcionário para praticar a condutado do verbo nuclear.

Ambos são crimes próprios, mas o sujeito ativo do crime de inserção de dados falsos em sistema de informações deve ser funcionário **autorizado**.

QUESTÃO 38 – 65% DE ACERTOS

Órgão: Polícia Rodoviária Federal | Cargo: Policial Rodoviário Federal (PRF) | Ano: 2019

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em uma rodovia federal, próxima à fronteira do Brasil com o Paraguai, um caminhão foi parado e vistoriado por policiais rodoviários federais. Além do motorista e de um passageiro, o veículo transportava, ilegalmente, grande quantidade de mercadoria lícita de procedência estrangeira, mas sem o pagamento dos devidos impostos de importação. O motorista, penalmente imputável e proprietário do caminhão, admitiu a propriedade dos produtos. O passageiro, que se identificou como servidor público alfandegário lotado no posto de fiscalização fronteiriço pelo qual o veículo havia passado para adentrar no território nacional, alegou desconhecer a existência dos produtos no caminhão e que apenas pegou carona com o motorista.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Caso fique comprovada a participação do servidor público na conduta delituosa, ele responderá pelo delito de descaminho em sua forma qualificada: ela tinha o dever funcional de prevenir e de reprimir o crime.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

No caso em apreço, comprovada a participação do servidor público na conduta delituosa, ele responderá pelo crime previsto no **art. 318 do CP - facilitação de contrabando ou descaminho,** e não pelo crime previsto no art. 334, que é o descaminho.

IMPORTANTE: temos no caso em estudo uma **exceção à teoria monista**, pois o servidor público responderá nos termos do art. 318 e o motorista do caminhão, por sua vez, responderá nos termos do art. 334, ambos do CP.

*Art. 318 - Facilitar, **com infração de dever funcional**, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334):*

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

Percebam que o servidor público possuía o dever funcional de impedir o delito, todavia facilitou a sua prática.

Obs1.: se a conduta tivesse sido praticado por outro funcionário público, que não tivesse o dever funcional de impedir o descaminho, responderia, assim como o particular, pelo crime de descaminho nos termos do art. 334, CP. Portanto, são crimes distintos.

Obs2.: a facilitação pode ocorrer tanto por ação quanto por omissão (deixar de vistoriar, por exemplo).

*** Vejamos o que diz o art. 334 do CP (crime cometido pelo motorista):**

Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1o Incorre na mesma pena quem:

I - pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei;

II - pratica fato assimilado, em lei especial, a descaminho;

III - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;

IV - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

§ 2o Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.

§ 3o A pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

QUESTÃO 39 – 66% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina | Cargo: Auditor de Controle Externo - Especialidade - Direito (TCE SC) | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em relação ao direito penal, julgue o item a seguir.

A culpa imprópria ocorre nas hipóteses de descriminantes putativas em que o agente, em virtude de erro evitável pelas circunstâncias, dá causa dolosamente a um resultado, mas responde como se tivesse praticado um delito culposo.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

Trata-se do disposto no **artigo 20, §1º, *in fine*, do Código Penal**, de acordo com a **teoria limitada da culpabilidade**.

Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

Descriminantes putativas

*§ 1º - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. **Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo**.*

Segundo MASSON (2019, p. 469):

"*Culpa própria é a que se verifica quando o agente não quer o resultado nem assume o risco de produzi-lo. É, por assim dizer, a culpa propriamente dita. De sua parte, **culpa imprópria**, também denominada culpa por extensão, por equiparação ou por assimilação, **é aquela em que o sujeito, após prever o resultado, e desejar sua produção, realiza a conduta por erro inescusável quanto à ilicitude do fato**. O resultado vem, então, a ser concretizado. O agente incide em erro inescusável, inaceitável, injustificável quanto à ilicitude do fato. Supõe uma situação fática que, se existisse, tornaria a sua ação legítima. Como, entretanto, esse erro poderia ter sido evitado pelo emprego da prudência inerente ao homem médio, responde a título de culpa. **Cuida-se, em verdade, de dolo, eis que o agente quer a produção do resultado. Por motivos de política criminal**, no entanto, **o Código Penal aplica a um crime doloso a punição correspondente a um crime culposo**. O erro quanto à ilicitude do fato, embora inescusável, proporciona esse tratamento diferenciado. E, diante do caráter misto ou híbrido da **culpa imprópria (dolo tratado como culpa)**, revela-se como a única modalidade de crime culposo que comporta a tentativa.*"

A propósito, ainda, ensina NUCCI (2020, p. 479/481):

"***Descriminantes são excludentes de ilicitude; putativo significa imaginário, suposto, aquilo que aparenta ser verdadeiro***. *Portanto, as* ***descriminantes putativas são as excludentes de ilicitude que aparentam estar presentes em uma determinada situação, quando, na realidade, não estão***. *Situação exemplificativa: o agente pensa estar agindo em legítima defesa, defendendo-se de um assalto, por exemplo, quando, em verdade, empreendeu desforço contra um mendigo que, aproximando-se de inopino da janela de seu veículo, pretendia apenas lhe pedir esmola. (...) Quanto às duas últimas situações (erro quanto à existência ou quanto aos limites da excludente), é pacífica a doutrina, admitindo tratar-se de uma hipótese de erro de proibição. Entretanto, em relação à primeira situação (****erro quanto aos pressupostos fáticos da excludente****), não chega a doutrina a um consenso, havendo nítida divisão entre os defensores da* ***teoria limitada da culpabilidade, que considera o caso um típico erro de tipo permissivo, permitindo a exclusão do dolo, tal como se faz com o autêntico erro de tipo****, e os que adotam a teoria extremada da culpabilidade, que considera o caso um erro de proibição, logo, sem exclusão do dolo. Cremos que,* ***na visão atual do Código Penal, deu-se ao erro quanto aos pressupostos fáticos que compõem a excludente de ilicitude um tratamento de erro de tipo, embora seja, na essência, um erro de proibição***. *Inserida a hipótese no § 1.º do art. 20 (erro de tipo), bem como se delineando, claramente, que, havendo erro derivado de culpa, pune-se o agente por delito culposo, é fatal concluir que se cuidou dessa situação tal como se faz no caput do artigo com o erro de tipo. Assim, naquele exemplo da legítima defesa, o motorista que, crendo defender-se de um assaltante, usa de força contra o mendigo, está agindo em erro de tipo.* ***Fica excluído o dolo, mas pode ser punido pelo que causar, de maneira inescusável, a título de culpa***. *Explica Juarez Cirino dos Santos: 'a equiparação do erro de tipo permissivo ao erro de tipo, como característica da teoria limitada da culpabilidade, se baseia no argumento de que o autor quer agir conforme a norma jurídica – e, nessa medida, a representação do autor coincide com a representação do legislador, ou com o direito objetivo existente –, mas erra sobre a verdade do fato: a representação errônea da existência de situação justificante exclui o dolo, como decisão fundada no conhecimento das circunstâncias do tipo legal, mas no desconhecimento da inexistência da situação justificante, cuja errônea admissão significa que o autor não sabe o que faz – ao contrário das outras espécies de erro de proibição, em que o autor sabe o que faz, mas erra sobre a juridicidade do fato' (Direito penal – parte geral, p. 309). A despeito de reconhecermos a posição legal, continuamos adotando a teoria extremada da culpabilidade, ou seja, vemos, nessa hipótese, um autêntico erro de proibição, que foi "tratado" como erro de tipo. O motorista que se engana e agride o mendigo certamente o faz com dolo, exatamente o mesmo dolo que há quando alguém se defende de um marginal, pretendendo lesioná-lo ou até mesmo matá-lo. Assim também o magistério de Bustos Ramírez, Obras completas, v. I, p. 900. O seu engano recai sobre a proibição: ele não estava autorizado a agir contra o mendigo, porque este não pretendia assaltá-lo, mas, ao contrário, pedir-lhe uma ajuda. Logo, dolo houve, embora possa ter sido afetada a sua consciência de ilicitude. E, se erro houve, o correto seria puni-lo por delito doloso com a pena reduzida.*"

QUESTÃO 40 – 66% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Técnico Judiciário - Área Administrativa | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Antônio, renomado cientista, ao desenvolver uma atividade habitual, em razão da pressa para entregar determinado produto, foi omisso ao não tomar todas as precauções no preparo de uma fase do procedimento laboratorial, o que acabou ocasionando dano à integridade física de uma pessoa.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Embora não tenha desejado o resultado danoso, Antônio poderá ser punido devido à imperícia na execução do procedimento laboratorial.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Antônio, em razão da pressa, foi omisso e não tomou todas as precauções no preparo de uma fase no procedimento laboratorial, ocasionando dano à integridade física de uma pessoa, logo Antônio agiu com culpa. Segundo dispõe o código penal:

Art. 18 *- Diz-se o crime:*

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

no crime culposo a conduta do agente é destinada a um determinado fim (que pode ser lícito ou não), tal qual no dolo eventual, mas pela violação a um dever de cuidado, o agente acaba por lesar um bem jurídico de terceiro, cometendo crime culposo. A violação ao dever objetivo de cuidado pode se dar de três maneiras:

Negligência – O agente deixa de tomar todas as cautelas necessárias para que sua conduta não venha a lesar o bem jurídico de terceiro. É o famoso relapso. Aqui o agente deixa de fazer algo que deveria;

Imprudência – É o caso do afoito, daquele que pratica atos temerários, que não se coadunam com a prudência que se deve ter na vida em sociedade. Aqui o agente faz algo que a prudência não recomenda;

Imperícia – Decorre do desconhecimento de uma regra técnica profissional. Assim, se o médico, após fazer todos os exames necessários, dá diagnóstico errado, concedendo alto ao paciente e este vem a óbito em decorrência da alta concedida, não há negligência, pois o profissional médico adotou todos os cuidados necessários, mas em decorrência de sua falta de conhecimento técnico, não conseguiu verificar qual o problema do paciente, o que acabou por ocasionar seu falecimento.

Antônio não foi imperito como aponta a questão, pois ele é um renomado cientista e desenvolvia uma atividade habitual.

A Imperícia é a falta de aptidão técnica para o exercício de arte ou profissão. Antônio não desconhecia a regra técnica do procedimento ele apenas, por pressa e não tomando as precauções adequadas, acabou gerando dano a outrem. Antônio pode ter agido com culpa na modalidades imprudência (pressa) ou negligência (não tomar todas as precauções-omissão), mas não agiu com imperícia.

QUESTÃO 41 – 67% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte | Cargo: Inspetor de Controle Externo - Administração (TCE RN) | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item subsequente acerca dos delitos previstos na parte especial do Código Penal.

O furto praticado por um irmão em desfavor do outro deve ser considerado isento de pena, por expressa previsão legal.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A situação narrada no enunciado retrata uma das hipóteses de **imunidade penal relativa ou processual** previstas pelo **artigo 182 do Código Penal (inciso II)**, pelo que não se trata de caso em que o agente fica isento de pena, muito embora **somente se proceda à persecução criminal mediante representação do ofendido**.

*Art. 182 - **Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo**:*

I - do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;

***II - de irmão**, legítimo ou ilegítimo;*

III - de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

Convém notar que as hipóteses de imunidade penal absoluta ou material estão discriminadas no artigo 181 do Código Penal, casos em que, aí sim, o agente fica isento de pena.

Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: (Vide Lei nº 10.741, de 2003)

I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

Importa atentar, ainda, para os requisitos negativos estabelecidos pelo artigo 183 do Código Penal, para que sejam aplicáveis as referidas imunidades penais processuais ou materiais, que, ademais, somente incidem no âmbito de crimes tipificados no Título II do Código Penal - Dos Crimes Contra o Patrimônio.

Art. 183 - Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores:

I - se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa;

II - ao estranho que participa do crime.

III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

QUESTÃO 42 – 67% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal Regional Federal (1ª Região) | Cargo: Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Taquigrafia | Ano: 2017

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item seguinte, acerca do tratamento do sigilo e do segredo no direito penal no âmbito dos crimes contra a administração pública.

Servidor público que tenha revelado fato do qual teve conhecimento em razão do cargo que exerce e que deveria permanecer em segredo terá cometido crime de divulgação de segredo.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A questão exigiu o conhecimento da legislação quanto aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, estando incorreta, quanto à classificação do crime, pois a conduta caracteriza **o crime de violação do sigilo funcional, previsto no artigo 325, I, do Código Penal (CP)**.

Violação de sigilo funcional

*Art. 325, CP - **Revelar fato** de que tem ciência em **razão do cargo** e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:*

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

O crime de violação de sigilo funcional ocorre quando o sujeito revela fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilita-lhe a revelação (crime formal e instantâneo). O resultado danoso qualifica o crime.

Martina Correia (2018), destaca que o tipo penal em questão **limita-se a informações sigilosas que dizem respeito à Administração Pública e que tenham sido obtidas pelo funcionário público em razão do cargo**. Se o sujeito revelar segredo particular, poderá incidir no tipo previsto no artigo 153 do Código Penal (divulgação de segredo).

Divulgação de segredo

Art. 153 - Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, de trezentos mil réis a dois contos de réis.

FONTE: CORREIA, Martina. Direito Penal em Tabelas: Parte especial. Salvador: Editora Juspodvim, 2018.

QUESTÃO 43 – 67% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Amazonas | Cargo: Analista Judiciário - Direito (TJ AM) | Ano: 2019

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Júnia, de quatorze anos de idade, acusa Pierre, de dezoito anos de idade, de ter praticado crime de natureza

sexual consistente em conjunção carnal forçada no dia do último aniversário da jovem. Pierre, contudo, alega que o ato sexual foi consentido.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, tendo como referência aspectos legais e jurisprudenciais a ela relacionados.

Se comprovada a prática do crime, Pierre responderá por estupro de vulnerável, haja vista a idade da vítima.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

A idade para consentir relação sexual no Brasil é de 14 anos. Logo, no critério etário, a pessoa é vulnerável somente até o dia anterior ao seu décimo quarto aniversário.

CPP, Estupro de vulnerável - Art. 217-A. *Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com* ***menor de 14 (catorze) anos****:*

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

O critério etário é objetivo, não havendo sequer espaço para discutir eventual comportamento promíscuo ou maturidade psicológica da vítima.

Para o STJ, a ausência da certidão de nascimento não impede a verificação etária, quando coligados outros elementos hábeis à comprovação da qualidade de infante da vítima (AgRg no AResp 12.700/AC).

Além disso, a prova dos crimes sexuais contra menores de 14 anos pode ser feita por todos os meios legais admitidos, inclusive por meio de gravação de conversa telefônica autorizada pelo representante legal (REsp 1.026.605/ES).

No caso narrado pela questão, Pierre responderá pelo crime de **estupro qualificado, se comprovada a conjunção carnal não consentida,** previsto no Código Penal:

Estupro. Art. 213. *Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso*

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º *Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou* ***se a vítima é menor de 18 (dezoito)*** *ou maior de 14 (catorze) anos:*

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

QUESTÃO 44 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Empresa Maranhense de Administração Portuária | Cargo: Área Jurídica (EMAP) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item seguinte, a respeito dos crimes contra a administração pública.

Constitui crime de peculato na modalidade de desvio a aplicação de recurso para o alcance de finalidade diversa da prevista em lei, ainda que tal aplicação atenda ao interesse público.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

O enunciado da questão exige do candidato conhecimento acerca do crime de '**emprego irregular de verbas ou rendas públicas**', previsto no **artigo 315, do Código Penal.**

Assim dispõe o art. 315 do CP:

"Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa"

O crime do art. 315 do CP **é crime próprio**, isto é, praticado por funcionário público que **tenha em seu poder verbas da administração ou rendas públicas.**

Pune-se, em suma, o **dolo de empregar irregularmente fundos públicos** (verbas e rendas), **contrariando a destinação legal**, pouco importando se as contas foram aprovadas ou não pelos órgãos de controles orçamentários ou congêneres.

QUESTÃO 45 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciaria - Oficial de Justiça Avaliador Federal (TJDFT) | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em relação à aplicação, à interpretação e à integração da lei penal, julgue o item seguinte.

O instituto da abolitio criminis refere-se à supressão da conduta criminosa nos aspectos formal e material, enquanto o princípio da continuidade normativo-típica refere-se apenas à supressão formal.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

De acordo com Cleber Masson (Direito Penal Esquematizado. Vol. 1. 8. ed. São Paulo: Método, 2014. p. 118), a *abolitio criminis* ocorre quando **lei posterior exclui do âmbito do Direito Penal um fato que até então era considerado criminoso**. Assim, se uma conduta era classificada como crime e uma lei posterior excluir essa tipificação, está caracterizado o instituto.

Ocorrendo essa situação, a **lei revogadora retroagirá obrigatoriamente** para atingir todos os fatos anteriores, mesmo se já houver o trânsito em julgado. A *abolitio criminis* é, inclusive, **causa de extinção de punibilidade** (art. 107, III, CP). Entretanto, **sobrevivem os efeitos civis de eventual condenação**, como a obrigação de reparar o dano e a constituição de título executivo judicial.

A situação está prevista no art. 2º do Código Penal:

Lei penal no tempo

Art. 2º, CP. *Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

Para que ocorra, **a revogação do tipo penal deve ser total**. Ademais, para que ocorra a *abolitio criminis* são necessários dois requisitos: **revogação formal do tipo penal** e **supressão material do fato criminoso**. "*Em outras palavras, não basta a simples revogação do tipo penal.* ***É necessário que o fato outrora incriminado torne-se irrelevante perante o ordenamento jurídico***" (op. cit. p. 119). Por exemplo, o antigo crime de adultério foi totalmente revogado, formal e materialmente.

Em adição, **não pode ser considerado que houve *abolitio criminis* quando há somente a revogação formal** do tipo penal, sendo que **o fato criminoso passa a ser disciplinado perante dispositivo legal diverso**. Ou seja, materialmente o fato continua sendo crime. Nesses casos, verifica-se a incidência do **princípio da continuidade normativa** (ou da continuidade típico-normativa). É o que aconteceu, por exemplo, com o crime de atentado violento ao pudor (art. 214, CP), que foi formalmente revogado pela Lei 12.015/2009, mas foi absorvido pelo crime de estupro (art. 213, CP).

Como se vê, **a assertiva está correta**.

QUESTÃO 46 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Justiça de Roraima | Cargo: Técnico - Judiciário (TJ RR) | Ano: 2012

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Francisco, advogado, tendo encontrado Carlos no tribunal de justiça onde este trabalhava, percebeu que Carlos estava utilizando a impressora do cartório judicial para imprimir os rascunhos de sua monografia de final de curso. Indignado, Francisco ofendeu Carlos e afirmou que ele era um servidor público desonesto, que não merecia integrar os quadros do tribunal. Indignado com essa acusação, Carlos chamou a polícia judiciária, que prendeu o causídico. Ao encaminhar Francisco à delegacia, Antônio, um policial militar, exigiu que Francisco lhe pagasse R$ 500,00 para ser solto. Contudo, Francisco não atendeu à exigência e permaneceu preso. Por sua vez, César, diretor de secretaria e chefe de Carlos, ao tomar conhecimento de que seu subordinado havia usado a impressora do cartório para fins particulares, por pena, deixou de comunicar a ocorrência à corregedoria do tribunal.

Com base na situação hipotética acima, julgue o item subsequente, a respeito dos crimes contra a administração pública.

César cometeu o crime de prevaricação, porque, indevidamente, para satisfazer sentimento pessoal, deixou de praticar ato de ofício contra disposição expressa em lei.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

César cometeu o crime ~~de prevaricação~~, porque, indevidamente, para satisfazer sentimento pessoal, deixou de praticar ato de ofício contra disposição expressa em lei.

Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, preceitua o código penal:

- *CP - Art. 320 -* ***Deixar o funcionário, por indulgência****, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.*
- *CP - Art. 319 -* ***Retardar ou deixar de praticar****, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei,* ***para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:***

Note-se que na condescendência criminosa (art.320), o **funcionário hierarquicamente superior deixa, por indulgência**, isto é, por tolerância, clemência, **de responsabilizar o autor da infração.**Vale destacar que a **indulgência é o elemento característico da condescendência criminosa**, ou seja, a clemência, a tolerância, enfim, a vontade de perdoar, pois que **se o agente atua com outra motivação** (por ex**.** para satisfazer interesse ou sentimento pessoal) o fato poderá se subsumir, dependendo da hipótese concreta, ao **crime de prevaricação.**

Desta forma, de acordo com o enunciado da questão, César, chefe de Carlos, **por pena**, deixou de comunicar a ocorrência à corregedoria do tribunal, conduta que se amolda ao preceituado pelo artigo 320 do Código Penal e desta forma deverá responder pelo crime de **Condescendência criminosa** e não prevaricação como propõe erroneamente a assertiva.

QUESTÃO 47 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Tribunal de Contas do Distrito Federal | Cargo: Auditor de Controle Externo (TC DF) | Ano: 2011

ENUNCIADO DA QUESTÃO

A respeito dos crimes contra a fé pública, dos crimes previstos na Lei de Licitações, bem como dos princípios e conceitos gerais de direito penal, julgue o item a seguir.

Segundo os princípios que regem a lei penal no tempo, a nova lei penal, independentemente de ser mais ou menos benéfica ao acusado, será aplicada aos fatos ocorridos a partir do momento de sua entrada em vigor, mas a lei revogada, desde que mais benéfica ao acusado, continua a ser aplicada a fato anterior, ou seja, a fato praticado durante o período de sua vigência.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

O enunciado aborda os princípios que regem a **lei penal no tempo**.

A **NOVA LEI PENAL** será aplicada a fatos praticados após a sua entrada em vigor. Não se aplica a comportamentos pretéritos, **salvo se beneficiar o réu**. É proibida a aplicação da lei penal mais nova mesmo aos fatos praticados durante o *Vacatio legis*.

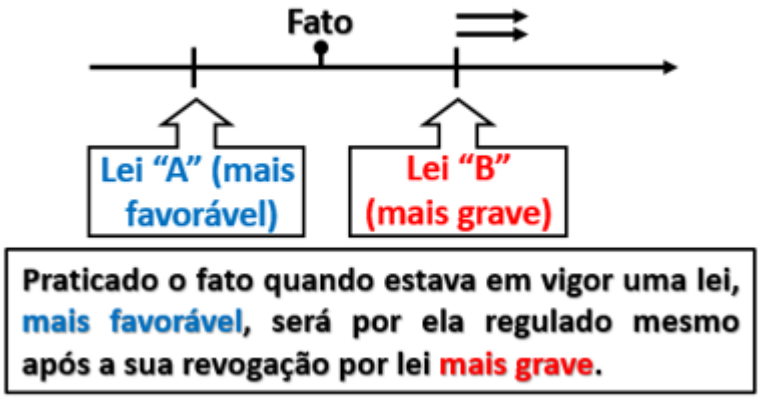
Trata-se da **anterioridade da lei penal:**

Adaptado de Masson (2017, p. 27)

Perceba que enunciado ***não afirma que a lei penal não pode retroagir*.**

A **LEI REVOGADA,** se benéfica ao réu, continua a ser aplicada aos fatos anteriores, praticados durante sua vigência. Subsistem os efeitos da lei anterior, mais favorável.

Trata-se da **ultratividade da lei penal** mais benéfica:



Adaptado de Masson (2017, p. 139)

Fonte: MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquematizado: Parte Geral - vol. 1**. 11.ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2017. 1118 p.

QUESTÃO 48 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Ministério Público da União | Cargo: Analista (MPU) | Ano: 2018

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Com relação aos crimes em espécie, julgue o item que se segue, considerando o entendimento firmado pelos tribunais superiores e a doutrina majoritária.

No crime de peculato, o proveito a que se refere o tipo penal pode ser tanto material quanto moral, consumando-se o delito mesmo que a vantagem auferida pelo agente não seja de natureza econômica.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

Segundo o Código Penal:

*- Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou **desviá-lo**, **em proveito** próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.*

O art. 312 retrata a figura do **crime de peculato**, trata-se de um crime próprio que exige uma condição especial do agente (funcionário público), que se valha desta condição para **apropriar-se** (peculato apropriação) de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, ou **desviá-lo** (peculato desvio) em proveito próprio ou alheio. Importante ressaltar que, o crime de peculato restará configurado independentemente do efetivo recebimento do proveito pelo agente, eis que, se trata de um crime formal.

Quanto a modalidade de **peculato-desvio ou malversação,** entende a doutrina, que o proveito descrito no tipo penal pode ser de **natureza material ou moral**, senão vejamos:

*- Na hipótese do **desvio (ou malversação)**, o funcionário dá destinação diversa à coisa, em benefício próprio ou de outrem, **podendo o proveito ser material ou moral,** auferindo vantagem outra que não a necessariamente de natureza econômica. É também pressuposto desta modalidade criminosa que o*

funcionário tenha a posse lícita do bem e que, depois, o desvie.(CUNHA, Rogério Sanches, Manual de Dir. Penal, 2020, v.ú., p.849).

Pelo tudo exposto, correta a assertiva.

QUESTÃO 49 – 69% DE ACERTOS

Órgão: Ministério Público do Estado do Ceará | Cargo: Técnico Ministerial (MP CE) | Ano: 2020

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Mário, após ingerir bebida alcoólica em uma festa, agrediu um casal de namorados, o que resultou na morte do rapaz, devido à gravidade das lesões. A moça sofreu lesões leves.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O crime praticado por Mário contra a moça admite a extinção da punibilidade pela prescrição e pela renúncia ao direito de queixa.

( ) CERTO

(X) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

ERRADO

Primeiramente, vejamos o art. 107, que trata das hipóteses de extinção de punibilidade:

Art. 107 - *Extingue-se a punibilidade: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)*

[...]

IV - *pela prescrição, decadência ou perempção;*

V - *pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;*

Então vamos analisar a assertiva.

Antes, vamos conceituar a prescrição. De acordo com Cleber Masson (Código Penal Comentado. 8. ed. São Paulo: Método, 2020), "*prescrição é a **perda da pretensão punitiva** ou da **pretensão executória** em face da inércia do Estado durante determinado tempo legalmente previsto*".

A pretensão punitiva é caracterizada pelo interesse do Estado em aplicar uma pena. Assim, ocorre a prescrição quando o tempo passa e o Estado não pode mais punir ou executar a pena.

Dito isso, **é cabível a extinção pela prescrição no caso narrado**.

Para sabermos o prazo em que ela ocorrerá, primeiramente devemos analisar o tipo penal. Vejamos:

Lesão corporal

Art. 129, CP. *Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:*

Pena - *detenção, de* ***três meses a um ano****.*

Tendo o prazo da pena aplicável em abstrato, devemos agora observar o que dispõe o art. 109 do Código Penal. Veja:

Art. 109, CP. *A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código,* ***regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime****, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010).*

I - *em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;*

II - *em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;*

III - *em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;*

IV - *em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;*

V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;

VI - *em 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano. (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010).*

Perceba que **a prescrição da pretensão punitiva é regulada pelo MÁXIMO da pena cominada**. Como o crime de lesão corporal leve prevê **pena máxima de 1 ano**, então a sua prescrição ocorrerá em 4 anos.

Por outro lado, para sabermos a **prescrição da pretensão executória**, devemos analisar **a pena imposta na sentença, após seu trânsito em julgado**. Veja:

Art. 110, CP. *A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.*

Continuando a análise da assertiva, devemos saber que os crimes de **ação penal pública** (condicionada ou incondicionada) tem como titular da ação penal o **Ministério Público**, que a exerce através de **denúncia**. Já

nos crimes de **ação penal privada**, só poderá ser proposta pelo **ofendido ou seu representante legal**, mediante **queixa-crime**. Quanto a este, pode ocorrer **renúncia**, que extingue a punibilidade.

Reforçando, em relação à **renúncia ao direito de queixa**, ela **só é admitida nos crimes de ação penal privada**.

Veja:

Art. 104 - *O direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente.*

Agora veja o que diz o art. 88 da Lei 9.099/95:

Art. 88, Lei 9.099/95. *Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação [ação penal pública condicionada] a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.*

Como Mário cometeu o **crime de lesão corporal leve** contra a moça, este delito é de **ação penal pública condicionada**. Portanto, **não admite a renúncia ao direito de queixa no caso narrado**, pois o titular da ação penal **pública condicionada é o Ministério Público.**

Diante do exposto, **a assertiva está errada**.

QUESTÃO 50 – 68% DE ACERTOS

Órgão: Departamento Penitenciário Nacional | Cargo: Agente Penitenciário Federal | Ano: 2015

ENUNCIADO DA QUESTÃO

Julgue o item a seguir, referente às teorias da finalidade da pena.

A teoria justificacionista absoluta concebe a pena como uma finalidade em si mesma, por caracterizar a pena pelo seu intrínseco valor axiológico.

(X) CERTO

( ) ERRADO

SOLUÇÃO DA QUESTÃO

CERTO

A **teoria justificacionista absoluta** (retribucionista) vê a pena como uma retribuição do injusto causado pelo infrator. Nesse sentido, a pena não irá agregar nenhum tipo de utilidade social, **possuindo um fim em si mesma** e, por consequência, aproxima-se da ideia de castigo e de vingança.

Assim, a teoria absoluta, retribucionista ou retributiva não encontra ou fundamenta o sentido da pena em uma finalidade socialmente útil, sendo meramente a retribuição de um injusto, trazendo a tona a ideia de expiação pelo mal cometido. Desvincula, assim, a pena de seus efeitos sociais, atribuindo à mesma caráter meramente compensatório.

Sobre o tema, Claus Roxin:

"A teoria da retribuição não encontra o sentido da pena na perspectiva de algum fim socialmente útil, senão em que mediante a imposição de um mal merecidamente se retribui, equilibra e espia a culpabilidade do autor do fato pelo cometido. ***Se fala aqui de uma teoria 'absoluta' porque para ela o fim da pena é independente, 'desvinculado' de seu efeito social****. A concepção da pena como retribuição compensatória realmente já é conhecida desde a antiguidade e permanece viva na consciência dos profanos com uma certa naturalidade: a pena deve ser justa e isso pressupõe que se corresponda em sua duração e intensidade com a gravidade do delito, que o compense. Detrás da teoria da retribuição se encontra o velho princípio do Talião".*

ROXIN, Claus. Derecho Penal: Parte General – Fundamentos. La estructura de la Teoria del Delito. Tomo I. Traducción de la 2ª ediciónalemana y notas por Diego-Manuel Luzón Pena; Miguel Diaz y Garcia Conlledo; Javier de Vicente Remesal. Madri: Thomson Civitas, 2003., p. 81-82.

GABARITO PREENCHIDO

QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1	ERRADO	**22**	CERTO
2	ERRADO	**23**	CERTO
3	ERRADO	**24**	ERRADO
4	ERRADO	**25**	ERRADO
5	CERTO	**26**	ERRADO
6	ERRADO	**27**	ERRADO
7	ERRADO	**28**	CERTO
8	ERRADO	**29**	ERRADO
9	ERRADO	**30**	CERTO
10	ERRADO	**31**	CERTO
11	ERRADO	**32**	CERTO
12	ERRADO	**33**	ERRADO
13	CERTO	**34**	CERTO
14	ERRADO	**35**	CERTO
15	ERRADO	**36**	CERTO
16	ERRADO	**37**	ERRADO
17	ERRADO	**38**	ERRADO
18	ERRADO	**39**	CERTO
19	ERRADO	**40**	ERRADO
20	ERRADO	**41**	ERRADO
21	ERRADO	**42**	ERRADO

43	ERRADO	**47**	CERTO
44	ERRADO	**48**	CERTO
45	CERTO	**49**	ERRADO
46	ERRADO	**50**	CERTO

Estratégia Concursos